



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2026

Nº 111

### SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS.....	2908
SEC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	2909
SECRETARIA DE FINANÇAS.....	2910
GER. DE APOIO AO PROC. LEGISLATIVO.....	2928

### TAQUIGRAFIA

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

OBJETIVO: tratar sobre o trabalho infantil.

EM: 01.06.2026

INÍCIO: 10h47min

PRESIDENTE: SRA. GISLAINE LEBRINHA

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento 4800/2026, de autoria da Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Gislaïne Lebrinha, e após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para tratar sobre o trabalho infantil. Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e também, pelo YouTube e TV Assembleia, canal 7.2. Bom dia a todos. Convidamos neste momento para compor a Mesa desta Audiência Pública, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Gislaïne Lebrinha, proponente desta Audiência

#### MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

Pública.

Convido ainda a Excelentíssima Senhora Sabina Helena Silva de Carvalho Rodrigues, Juíza do Trabalho, neste ato, representando o Tribunal Regional do Trabalho.

Convido a Excelentíssima Senhora Tereza Janete Córdova Santos, Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Emerson Dias, Superintendente do Ministério da Saúde em Rondônia.

Convido a Senhora Katerina Volcov, Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Convido o Senhor Juscelino José Durgo dos Santos, Auditor Fiscal do Trabalho e Chefe da Fiscalização do Trabalho no Estado de Rondônia.

Convido ainda a Senhora Caroline Gonçalves Araújo, Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.

A Mesa pode assentar-se neste momento.

A Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Gislaïne Lebrinha fará a abertura oficial e regimental desta solenidade.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Bom dia a todos os presentes. Satisfação em recebê-los todos aqui. Sejam todos bem-vindos.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de tratar sobre o trabalho infantil.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Estando a Mesa dos trabalhos composta, eu convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino "Céus de Rondônia", letra de Joaquim de Araújo Lima e música do doutor José de Mello e Silva.

#### (Execução do Hino)

Podeis assentar.

Neste momento, registramos e agradecemos a presença da Senhora Luciane Pinto, representante da Fundação Espírita Eurípedes Barsanulfo.

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer  
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles  
Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



Senhora Taís Iamazaki, Vice-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Senhora Poliana Miranda, Diretora da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social.

Senhora Francineide, assistente administrativa do Senar. Senhora Caroline Araújo, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que está na nossa Mesa de autoridades.

Senhora Marli Fogaça, Presidente da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil de Ariquemes. Seja muito bem-vinda.

Senhora Joyce Konageski, Presidente do INDESP, Instituto de Desenvolvimento Social e Profissional. Seja bem-vinda.

Senhora Vanessa Carvalho, Coordenadora da Coordenadoria Materno-Infantil da Sesau. Seja muito bem-vinda.

Senhora Rúbia Costa, Superintendente substituta do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Senhora Fabiane Passarini, Coordenadora das Políticas Sociais da Seas, Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social. Seja bem-vinda.

Senhora Ranyelle da Silva, representando a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Seja bem-vinda.

A Senhora Sabina Rodrigues está na Mesa conosco, Juíza do Trabalho. Seja muito bem-vinda.

E a Senhora Elisângela Bibá, Presidente da Associação Missionária Social Filhos do Reino.

Sejam todos bem-vindos à nossa Audiência Pública.

E, neste momento, com a palavra, a Deputada Estadual Gislane Lebrinha, que conduzirá esta Audiência Pública.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) – Bom dia mais uma vez.

Fico muito feliz com a presença de todos nesta importante Audiência Pública.

Nós iniciamos o mês de junho, mês que é marcado pelo dia 12 de junho, Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, justamente para a gente trabalhar as questões relacionadas ao trabalho infantil.

Vejo que é um tema que ainda precisamos debater e dialogar muito sobre o assunto. Eu, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso, através da Teresa, que nos procurou, Superintendente Regional do Ministério do Trabalho, juntamente também com o Juscelino, Auditor Fiscal, iniciamos este trabalho para propor esta Audiência Pública, que se faz muito importante neste dia de hoje.

Contamos com a presença da Katerina, da Secretaria Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que veio trazer informações e contribuir com este debate.

Quero aqui agradecer também à Caroline Araújo, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que também, juntamente conosco, propõe esta Audiência Pública.

Da mesma forma, agradecer a presença do Senhor Emerson Dias, Superintendente do Ministério da Saúde,

que se faz muito importante neste momento e tem sido um grande parceiro em todas as ações relacionadas à criança e ao adolescente.

Também agradeço à Senhora Sabina Rodrigues, Juíza do Trabalho, neste ato representando o TRT. Eu a vi tão jovem que nem parecia, mas é Juíza. Parabéns pelo trabalho desempenhado aqui no Estado de Rondônia.

Acho que esse debate é muito importante porque a gente pode dialogar e até mesmo esclarecer alguns pontos. Eu conversava antes com todos os membros que propuseram esta audiência e a gente justamente dialogava sobre o que poderia ser considerado trabalho infantil, o que é tido como natural, o que não é, o que é cultural.

E eu acho que esta audiência vem justamente para a gente levar esse tema, para que as pessoas tenham conhecimento e para que possamos trabalhar juntos, cada um dentro da sua área.

Quero aqui agradecer a presença dos diversos setores que se encontram presentes e que se propuseram a estar juntamente conosco neste dia.

Sei que nós temos aqui representantes de instituições, profissionais da rede de proteção, conselheiros tutelares, educadores, membros do Ministério Público, Poder Judiciário, sociedade civil organizada, cada cidadão e cidadã que faz parte desta importante Audiência Pública, todos que nos assistem também. Que a gente possa, juntos, dialogar e definirmos quais são esses momentos, apesar de muitos já saberem, mas que a gente possa levar esclarecimento a toda a população. Fico feliz hoje de estarem as redes de TVs aqui também, para que a gente possa divulgar sobre esta audiência e a gente consiga avançar e proteger as nossas crianças. Para que elas possam ter o seu momento de educação junto à família, para que possamos ter adultos melhores ainda, para que a gente possa cuidar dessas crianças. Então, fico muito feliz e agradeço imensamente a presença de cada um de vocês.

Já neste momento, quero conceder a fala à Senhora Carolina Araújo, que é Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente – CONEDCA, para que ela possa aqui contribuir com o seu conhecimento nesta manhã.

A SRA. CAROLINE GONÇALVES ARAÚJO - Bom dia. Bom dia a todos da Mesa. Cumprimento todos aqui, na presença da Deputada Lebrinha, proponente aqui desta Audiência Pública; da Superintendente do Trabalho, Tereza Janete; da representante aqui do Fórum Nacional, Katerina.

Para a gente é uma grande satisfação estar aqui e poder discutir esse tema que afetam tantas famílias aqui do nosso Estado.

Eu estou nessa área de aprendizagem, de trabalho infantil. Eu estou na Presidência do Conselho Estadual da Criança e Adolescente, mas também sou fundadora do Instituto Chance, que a gente trabalha na área de empregabilidade, Programa Jovem Aprendiz, estágio.

Está fazendo, este ano, 13 anos que eu estou nessa

área. E eu fui também, iniciei a trabalhar com 13 anos, não conhecia o Programa Aprendiz. Fui conhecer, eu tinha 27 anos. Falei, "Poxa, se isso tivesse chegado lá na minha cidade, que eu sou de Cacoal, na época que eu era adolescente, isso poderia ter mudado a minha vida e de muitos adolescentes.". Desde que eu soube, eu não parei mais de levar isso, principalmente para o interior do nosso Estado, que é tão afetado, tão carente.

Agradeço muito a presença de todos que estão aqui. Pessoas essenciais na luta da erradicação do trabalho infantil, da inclusão dos jovens de maneira digna.

Então, esse dia aqui é muito especial. Eu estou até nervosa aqui. Estou tão feliz. Eu falei, olha, chegou esse dia. Obrigada, viu, Katerina, pela a tua presença aqui. O nosso Estado é um Estado de pessoas muito trabalhadoras, de pessoas muito aguerridas.

A deputada falando de fazer eventos no interior, quando a gente faz reuniões com os pais no interior, as histórias são fantásticas de vidas restauradas através do programa de aprendizagem, e é uma forma de combater o trabalho, mas levar o conhecimento à população, essa mobilização aqui faz toda a diferença.

Desejo um ótimo trabalho aqui nesta Audiência a todos aqui que estão presentes.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Obrigada, Caroline. Inclusive, como é importante a questão da divulgação do conhecimento, porque muitas vezes confundem, e às vezes até de forma errônea. Fala: "Ah, mas a criança precisa trabalhar." Cada momento no seu momento. Até antes dos 14, nós sabemos que isso não pode acontecer de forma alguma, porque a criança tem aquele momento para se desenvolver. Porém, nós temos programas maravilhosos que, a partir dos 14 a gente já pode ter o Programa do Jovem Aprendiz.

Hoje nós também temos muitas EFAs (Escola Família Agrícola) no Estado de Rondônia, já que nosso Estado é extremamente rural, que nós podemos inserir esses jovens junto às escolas EFAs para que isso não se torne um trabalho, mas também um aprendizado. Que com isso, inclusive, ele possa contribuir dentro da sua família com o seu conhecimento através das escolas agrícolas e que possa também contribuir, porque esse conhecimento, a sua área rural possa produzir mais, de forma melhor.

O que a gente precisa, Carolina, é justamente levar esses debates para todo o nosso Estado de Rondônia, para que a gente possa fazer essa divulgação. Até conversando com o Juscelino, ele disse que tem carteira assinada desde os 14 anos, e que isso é possível, desde que seja de forma correta. Nós estamos aqui entre as pessoas que vão poder nos orientar para que a gente possa manter todas as nossas crianças em um ambiente saudável.

Quero aqui agora passar a fala ao Senhor Juscelino José Durgo dos Santos, Auditor Fiscal do Trabalho e Chefe da Fiscalização do Trabalho Estado de Rondônia.

O SR. JUSCELINO JOSÉ DURGO DOS SANTOS - Bom dia

a todos e todas.

Quero iniciar agradecendo inicialmente à Deputada Lebrinha pela parceria, à Katerina por estar conosco. A gente está desde o ano passado articulando esse evento, não é, Katerina? Então, um evento que nos cansou um pouco, mas a gente vê esse público aqui e a gente fica muito feliz. E sabe que nós vamos colher o resultado disso que foi trabalhado ao longo desses meses.

Agradecer, obviamente, a parceria também com a Superintendente aqui no Estado de Rondônia. A fiscalização do trabalho está dentro da estrutura da Superintendência Regional do Trabalho, é a mesma instituição, mas, infelizmente, em alguns Estados não há um diálogo entre a Superintendente e a inspeção do trabalho. E aqui o diálogo é muito tranquilo, a gente trabalha muito articulado e isso é muito importante.

Então, obrigado, minha querida amiga Tereza Janete, por realmente esse apoio que tem dado à fiscalização do trabalho.

Agradeço a presença da Dra. Sabina. A gente tem um projeto, desde 2012, com a Escola Judicial. Todos os magistrados que ingressam... (Você foi minha aluna, não é? Foi na pandemia. Então você não passou por mim, não é?) Mas os magistrados que ingressam aqui no Estado de Rondônia, eles passam pela inspeção no trabalho. A gente conversa com eles, mostra os setores problemáticos no Estado, para que eles possam atuar com um olhar diferente, conhecendo o meio ambiente de trabalho efetivamente.

Então, desde 2012 que a gente tem essa atuação com o Tribunal do Trabalho. O Tribunal do Trabalho é importante nesse combate ao trabalho infantil, sem dúvida. O Ministério da Saúde, também; o Emerson está aqui conosco. A gente tinha um diálogo muito franco com o Cid, que estava lá até então. Então, é importante o Ministério da Saúde estar conosco nesse momento.

A Carolina, é importante que o Conselho de Direito da Infância e da Adolescência esteja presente, porque o plano de erradicação do trabalho infantil vai ser, digamos que, financiado pelo Conselho.

Então, é importante o Conselho estar presente aqui. Claro que o Ministério do Trabalho tem recursos próprios e a fiscalização do trabalho atua independente. Então, quem está na ponta, fiscalizando, inspecionando o trabalho infantil, é a fiscalização do trabalho.

Claro que existe toda uma rede de articulação, por isso que a gente conta com o apoio de todas as instituições e entidades que estão conosco.

Eu peço, inclusive, nesse momento, eu convidei todos os auditores fiscais do trabalho. Já estão fiscalizando, inclusive. Já estiveram em feiras, estão atuando em algumas atividades aqui no Estado. Até em lava a jatos. A gente fez um trabalho, há 5 anos, a Márcia está presente aqui; a auditora colega antiga; e era a nossa coordenadora de combate ao trabalho infantil, até recentemente. E chegou a Luciana.

Eu vou pedir agora, por favor, que direcione para lá e peça para todos os auditores fiscais de trabalhos novos que se levantem, para que o público conheça quem vai

estar na rua fiscalizando o trabalho infantil. Por favor. Inclusive você, Márcia, por favor. Sim, você também.

Esta é a equipe que vai estar aqui em Porto Velho. Já está atuando. Muito obrigado a vocês, colegas, por estarem aqui presentes. Então, deputada, é claro que eu vou fazer a ponte, mas essa turma aí que vai estar no dia a dia conosco. Podem se sentar, por favor.

Eu quero agradecer, inclusive, imensamente à Márcia, que ao longo desses anos atuou muito firmemente no combate ao trabalho infantil. Então, o nosso agradecimento, Márcia. A Márcia segurou até agora para se aposentar. A Márcia já poderia ter se aposentado e está segurando para repassar o bastão para os novos colegas. Quem vai assumir é a Luciana, esse bastão, e a gente, na verdade, quer fazer uma fala mais de agradecimento mesmo.

Em Rondônia, nós temos aí, de acordo com o Censo de 2024, cerca de 18.500 crianças e adolescentes no trabalho infantil, dos quais 10.400, aproximadamente, na lista das piores formas de trabalho infantil. Isso é muito ruim.

Por que eu digo que isso é muito ruim? Quando a deputada disse - eu tive uma conversa com a deputada, mais cedo -, falei que eu comecei a trabalhar desde os 14 anos. Como aprendiz.

Agora, vocês imaginem: eu, um homem negro, eu estudei em escolas públicas, eu fiz faculdade pública, sem cota, na minha época não tinha cota; e chegar onde eu cheguei aqui. A rede de políticas públicas é que permitiu isso acontecer. O aprendizado, eu fiquei quatro anos no Banco do Brasil como menor aprendiz.

Esse aprendizado foi o que me inseriu, de certo modo, em tudo o que eu... Eu sempre digo para o meu filho: "Filho, tudo o que você vai aprender na vida" — eu tenho um casal de filhos — "Tudo o que você vai aprender na vida vai servir em algum momento para você.". E todo o conhecimento que eu aprendi lá, como menor aprendiz, no Banco do Brasil, me serve até hoje, não tenha dúvida; me ajudou a formar o meu caráter, inclusive, como trabalhador.

Então, a iniciativa privada tem um olhar diferente do serviço público, isso é importante. Eu fico imaginando as pessoas, os jovens, as crianças e adolescentes que não têm essa oportunidade.

Semana passada, nós, inclusive, sentamos com uma série de instituições e entidades que estão aqui presentes, uma parte delas, para criarmos o Fórum Estadual de Aprendizagem.

Vai haver, deputada, certamente uma interação dessa Comissão e do Fórum Estadual, que já existe hoje, do trabalho infantil, do combate ao trabalho infantil, com essa Comissão de aprendizagem.

Tem uma série de questões, que já foram, inclusive, trazidas nas discussões do Fórum Estadual de Aprendizagem, relacionada com a necessidade de que haja um trabalho de rede, inclusive de articulação do Fórum de Trabalho Infantil com o de Aprendizagem. É fundamental que haja isso. Se não houver, a gente perde muitos serviços que são realizados e que, infelizmente,

a inserção desses jovens no mercado de trabalho fica prejudicada.

Então, o trabalho da inspeção do trabalho é de inserir essas crianças e adolescentes, que estão nessas piores formas, principalmente, as que estão em condição de vulnerabilidade, no mercado de trabalho. Então, a aprendizagem é fundamental.

Eu quero realmente encerrar minha fala com a palavra gratidão. Agradeço realmente a todas as instituições que estão aqui presentes, que tiveram o convite — gente, eu estou tão cansado —, que atenderam ao convite — obrigado, campeã — atenderam ao convite de estar aqui conosco.

Inclusive eu quero citar a Coordenadora da Comissão de Infância do Ministério Público do Trabalho, ela está presente conosco virtualmente, a Doutora Jéssica. Ela não pôde estar conosco, ela é de Ji-Paraná, mas ela vai nos apoiar, é uma das instituições muito fortes no trabalho de inclusão, no trabalho de retirada de menores também do mercado de trabalho e das piores formas de trabalho.

Então, nosso agradecimento, nossa gratidão a todos e a todas que realmente atenderam o nosso convite e puderam estar aqui conosco. E eu acredito que a gente vai conseguir fazer um belíssimo trabalho. Eu conto com os auditores fiscais do trabalho para a gente organizar esse trabalho de retirada dos menores das piores formas, que isso é uma chaga que a gente precisa combater.

Inclusive, eu gostaria muito que vocês que estão aqui presentes, eu sei que é difícil quando, os colegas estiveram em uma operação agora esse final de semana, e eu sei que é difícil quando você se depara com alguém que está colocando, especialmente quando é o pai ou a mãe que está inserindo aquela criança em uma atividade que não é boa para ela, para o desenvolvimento daquela criança. E ele diz: "É melhor estar aqui trabalhando do que estar roubando". É muito comum vocês ouvirem isso, não é verdade? É muito comum. Mas a fala não é essa. A fala tem que ser: "Será que você quer isso para o teu filho? Essa condição para o teu filho no futuro?". E mesmo as atividades que às vezes geram uma certa renda.

Eu estive ano passado conversando com a Secretária de Educação, deputada, e ela estava falando da questão da evasão escolar, especialmente dos jovens que trabalham na cultura do café aqui no Estado. A gente vai fiscalizar agora, por esses tempos, não posso dizer a data exata, mas vamos fiscalizar o café. E uma das questões que foram trazidas no Fórum de Aprendizagem e que a Secretária de Educação me trouxe foi essa questão da evasão escolar.

Isso realmente é uma questão que nos preocupa, porque o jovem quando começa a trabalhar, e se ele ganha um salário que, para ele, naquele momento, atende a demanda dele mais imediata, acha que aquilo lá, a vida dele está ganha, e não é assim. A gente precisa agregar valor, a gente precisa formar os nossos jovens, a gente precisa que esses jovens que estão colhendo o café se tornem engenheiros, agrônomos, enfim, no futuro. E

a gente só vai conseguir fazer isso se a gente fizer o combate adequado.

Então, que a gente possa realmente atuar juntos, em rede, realmente. Contem com o Ministério do Trabalho, deputada. Contamos também com o seu apoio. A gente vai precisar fazer uma incidência, porque tinha uma instituição que tinha que estar presente, foi convidada aqui, que é a SEAS, o Governo do Estado tinha que estar presente aqui, não está presente, infelizmente. Ela que vai instituir essa Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado. E não está presente.

Então, deputada, a gente vai ter que contar com a sua incidência para a gente ajudar a construir essa Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado. As instituições que estão aqui presentes, elas são importantes, mas o Poder Legislativo tem o poder de cobrar do Poder Executivo que ela faça e cumpra o papel dela. E se não se fez presente aqui, infelizmente elas nos deram uma resposta, essa resposta não foi boa, eu sei que a senhora entende que a resposta não foi boa. Então a gente precisa avançar. E a gente espera contar com a senhora para que se consiga incidir para criar essa comissão estadual e futuramente, inclusive, criarmos o Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil.

Então, muito obrigado a todos. Desculpe ter me alongado um pouco, eu ia falar bem rápido, mas findi alongando um pouquinho. Eu estou cansado, fui dormir meia-noite, acordei cinco horas da manhã. Mas é isso. Gratidão a todos e uma boa audiência para todos. Um abraço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Não tem que se desculpar, Juscelino, ao contrário. Quero te enaltecer aqui, você, a Tereza, que foram essenciais para que essa Audiência Pública estivesse acontecendo. A Tereza e o Juscelino, que me procuram já há algum tempo para a gente fazer essa audiência. Foi um pouco difícil a gente conseguir a agenda com a Doutora Caroline, juntamente com a Doutora Katerina, juntamente com o espaço da Assembleia Legislativa. Ele se empenhou muito.

Então, quero te exaltar por todo esse esforço que você vem fazendo de diálogo junto à Assembleia Legislativa. E o intuito, justamente, o Juscelino disse aqui, juntamente com a Tereza, é que possamos trabalhar essa questão da prevenção, que possamos fazer as orientações. Não chegar lá a fiscalização já no seu momento, já de atuação, mas que a gente possa levar esclarecimento também à população.

E eles vêm me procurando justamente para isso, para que a gente possa levar essa voz a todo o Estado de Rondônia, a todo o interior, para que a gente possa – inclusive o Juscelino, que é auditor fiscal -, e que a gente possa estar fazendo as orientações necessárias para fazer a retirada das crianças do trabalho e, se for a partir do momento necessário, dos 14 anos, mas que a gente faça isso de forma de aprendizado e não de forma de trabalho, para que a gente possa cuidar e zelar pelas nossas crianças, pelos nossos adolescentes.

Então, quero aqui te parabenizar por todo o seu esforço. Eu vejo a sua dedicação, que você quer levar essa

orientação para todo o nosso Estado de Rondônia. Parabéns pelo seu trabalho.

Gostaria agora de passar a fala ao senhor Emerson Dias, Superintendente do Ministério da Saúde em Rondônia.

O SR. EMERSON DIAS - Primeiramente, bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui a Mesa; nossa Deputada Estadual Gislaïne Lebrinha; nossa Juíza do Trabalho Sabina Rodrigues, nossa excelente Superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego, Janete; a senhora Katerina Volcov, também aqui presente. O senhor Juscelino, como aqui já abrilhantou com a sua fala; e a senhora Caroline Araújo, Presidente do Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente.

O Ministério da Saúde é parceiro. O Ministério da Saúde está aqui justamente para ratificar o combate ao trabalho infantil. Nessa seara, fazemos parte desse conjunto de ações que o governo federal implementa para coibir a ação contra o trabalho infantil.

Nesse sentido, deputada, em palavras curtas, dizer que abrilhantar esse programa e essa Audiência Pública justamente para isso, para que nós, enquanto formos instituições, fortalecermos o combate ao trabalho infantil.

Então, em letras objetivas, já caminhando para o final, é dizer esse sentido. Contem com o Ministério da Saúde, com o governo federal. O Ministro Alexandre Padilha também nos dá essa tarefa de combater o trabalho infantil. É isso. Um bom trabalho, uma boa Audiência Pública para todos nós.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Quero aqui agradecer a presença, de forma remota, da Procuradoria do Ministério do Público do Trabalho, a Doutora Jéssica, que também está nos acompanhando, que não foi possível estar aqui presente. Obrigada, doutora, pela sua presença. Logo mais também, se pudermos trazê-la aqui ao telão, para que ela deixa a sua palavra também. Gostaria ainda de aqui, nominar a Fabiane, que é Coordenadora da SEAS, que está aqui, mas na verdade não tem o poder de decisão. Acho que ela deu uma saída, mas está sentada logo ali à frente. Mas que vai levar a mensagem também para a SEAS, para que a gente possa estar fazendo essa comissão logo após, que a gente possa ter êxito.

Obrigada mais uma vez pela presença do Ministério da Saúde aqui. O Emerson que vem sucedendo o Cid Orleans, um grande amigo, um grande parceiro, que se afasta agora para novos planos, novos futuros, mas quero aqui agradecer a sua presença. O Ministério da Saúde que sempre está presente em todos os municípios do Estado de Rondônia.

Eu que sou uma servidora da Saúde também, tenho sempre acompanhado as CIBs (Comissão Intergestores Bipartite). Nas reuniões da Saúde, vejo sempre o Ministério da Saúde muito presente e agradeço a sua presença aqui também de igual forma.

Gostaria aqui de agora passar a palavra a Doutora Sabina Rodrigues, Juíza do Trabalho, neste ato, representando

o Tribunal Regional do Trabalho. Ela que tem a Escola do Judiciário, que já faz um trabalho justamente com a Juscelino. Fico feliz com a tua presença aqui, seja muito bem-vinda, Sabina.

A SRA. SABINA HELENA SILVA DE CARVALHO RODRIGUES - Bom dia a todas e todos.

Cumprimento a nossa Mesa aqui na pessoa da Deputada Gislaíne Lebrinha, que propôs essa Audiência Pública; assim como o Juscelino, a Doutora Janete. Cumprimento também o Emerson, do Ministério da Saúde; a senhora Katerina, que é a Secretária Executiva do Fórum Nacional; e a Caroline, que faz um belíssimo trabalho aqui em Rondônia também. É um prazer te ter aqui.

Bom, eu sou Juíza do Trabalho aqui da 14ª Região. Nós, diferente dos Auditores Fiscais do Trabalho e também, do Ministério Público do Trabalho - também aproveito para cumprimentar a Doutora Jéssica, que está conosco virtualmente -, nós não temos esse poder fiscalizatório. Nós temos como nossa função principal, nossa função jurisdicional, uma atuação realmente repressiva, após o momento que acontecem às violações aos direitos das crianças e dos adolescentes. Mas, a Justiça do Trabalho tem como um dos pilares na sua função promocional, justamente o combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem.

Existe um programa nacional que remonta a 2012, justamente de combate dessas mazelas e de estímulo à aprendizagem, e também temos comissões regionais em cada Tribunal Regional do Trabalho do país.

Nós temos aqui a Comissão da qual eu faço parte. Sou uma das gestoras, junto com o Desembargador Raduan Miguel Filho, que é Presidente do Tribunal, e por isso estou aqui hoje representando-o.

Eu quero parabenizar a Deputada por propor esta Audiência Pública juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego, aqui por meio da Superintendência Regional do Trabalho em Rondônia, porque realmente é um trabalho que precisa ser realizado.

A gente, infelizmente, ainda os nossos números aqui em Rondônia, inclusive no Norte como um todo, ainda são muito alarmantes. A gente ainda se depara com muita desinformação a respeito do trabalho infantil. Então, é importante que as autoridades estejam realmente atentas a isso.

Por isso, parabéns, Deputada, por estar abraçando essa causa aqui no nosso Estado, que é muito necessária. Assim como também a questão da aprendizagem.

A Caroline, do Instituto Chance, também representa bastante esse trabalho, que é uma das formas justamente de combate ao trabalho infantil.

Muitos adolescentes que são vítimas de trabalho infantil, em condições, inclusive, em suas piores formas de trabalho infantil, como o Juscelino citou, muitas dessas pessoas que são resgatadas que estão nas estatísticas já têm mais de 14 anos e poderiam estar em um trabalho protegido, como a aprendizagem.

Então, por isso é importante que a gente trate desses dois assuntos conjuntamente: o combate ao trabalho

infantil e o estímulo à aprendizagem. Eu acho que a gente consegue fazer um trabalho muito enriquecedor aqui no nosso Estado.

Também fico muito feliz com os novos auditores do trabalho que chegaram para fortalecer a fiscalização. Eu acho que estava precisando bastante, não é, Juscelino? Vocês estavam com um pessoal muito diminuto e faziam um trabalho brilhante, mas eu não sei como.

Então, é muito importante que essa fiscalização seja agregada aqui no nosso Estado, para que seja possível verificar as situações que ainda estão irregulares.

É isso. Parabéns novamente o trabalho de todos e desejo que a gente tenha uma boa Audiência.

Muito obrigada.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) – Obrigada, Excelentíssima Doutora Sabina.

Ainda há muita desinformação que se confunde com a questão da cultura. Eu vejo muito isso também na Comissão da Mulher, em que a gente faz um trabalho de prevenção, combate e proteção à mulher em situação de violência. Se vê muito isso, muitas coisas se confundem com a cultura, que a gente observa ao longo do tempo, e vai se confundindo o que é cultura e o que não é. Eu acredito que, da mesma forma, a gente precisa trabalhar muito essa questão da erradicação do trabalho infantil em relação à cultura que se criou.

Como eu havia dito aqui, às vezes as pessoas falam: “É melhor estar aqui comigo do que estar na rua, envolvido com crimes”. Com certeza, a gente prefere que esteja ocupando espaço junto à sua família no trabalho. Mas que esse trabalho seja feito de forma de aprendizado, da forma correta e nas idades corretas. Inclusive, a gente tem as idades definidas. Acredito que vamos estar passando aqui.

Os menores de 14 anos não podem trabalhar. Dos 14 aos 15 anos, apenas na condição de aprendiz. Dos 16 aos 17 anos, o trabalho é permitido, porém proibido em atividades perigosas, insalubres, noturnas ou degradantes.

Que a gente possa estar levando essa informação. Acho que há muita desinformação sobre o que é possível e o que não é. E esta audiência vem justamente para a gente levar essas informações.

Eu vinha falando sobre uma questão de um dado interessante. Eu fui Prefeita por oito anos e, assim que assumi o mandato, havia um número alarmante de trabalho infantil no município em que fui prefeita. Isso me chamou muita atenção, porque, na verdade, eu não conseguia visualizar esse número de crianças trabalhando. E comecei a colocar a equipe em campo para que a gente pudesse buscar essas crianças.

Na verdade, a gente não foi encontrando. Foi conversando, foi procurando, e a gente não encontrou o número de crianças que aparecia nos dados do município. Mas a gente acabou entendendo que, na verdade, o gestor anterior, não de forma maldosa, mas de alguma forma, acabou inserindo alguns dados para justamente receber apoio dos programas que existiam

antigamente de erradicação do trabalho infantil. Isso gerava mais recursos para desenvolver ações voltadas a essas crianças, para poder custear as ações em relação à criança.

Acabou que esse dado foi divulgado. Inclusive, o município pagou diversas multas. Fizemos um trabalho junto ao Tribunal de Justiça para que a gente pudesse realizar divulgações em emissoras de televisão sobre o trabalho infantil. Tudo isso para que a gente pudesse, de certa forma, compreender melhor esses dados que estavam equivocados e que acabaram prejudicando o município.

Mas, é justamente o que leva a desinformação. Achar que basta ter os dados e não trabalhar sobre eles é extremamente grave. E a gente tem, inclusive, que trabalhar junto às Secretarias de Assistência Social para que esses levantamentos sejam feitos corretamente. Seja para mais ou para menos, mas que sejam dados corretos.

Fabiane chegou aqui. Fabiane, eu mencionei a sua presença, que vai levar à Seas todas as atividades. Você foi designada para que a gente pudesse, apesar de não ter poder de tomada de decisão. Vai ficar como ouvinte hoje, mas vai nos trazendo depois à SEAS para que a gente possa incluí-la nesta Comissão.

Gostaria de passar a palavra, alteramos aqui um pouquinho a ordem da fala, para que ela, que veio de Brasília nos prestigiar. Ficamos muito feliz com a sua agenda, de conseguirmos trazer a sua agenda para cá. Katerina Volcov, que é Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. E fiquei muito feliz com a sua presença aqui no Estado de Rondônia. Seja bem-vinda. Trazer o seu conhecimento e a sua experiência para que possa contribuir hoje nesta Audiência Pública, nesse mês, que é um mês tão importante para a gente, que é junho, onde o dia 12 é o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, e nos prestigia aqui no nosso Estado de Rondônia. Pela primeira vez aqui no Estado de Rondônia. Seja bem-vinda.

A SRA. KATERINA VOLCOV – Muito obrigada. Bom dia a todas pessoas presentes. Na pessoa da Excelentíssima Deputada Lebrinha eu cumprimento a todos que estão na Mesa.

Vou fazer a minha autodescrição, porque eu vejo que a gente está sendo televisionada. Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos, com muitos fios de cabelos brancos. Uso um casaquinho cinza com uma blusa de lã por baixo, porque estou sentindo muito frio. Uns óculos turquesa. Tenho olhos castanhos, cerca de 1,70 metro. Estou aqui na Assembleia Legislativa, ao lado dos colegas Tereza e Carolina, com um fundo de madeira.

Bom, para mim é, realmente, uma grande honra estar aqui em Rondônia. Eu estou Secretária Executiva do FNPETI, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes desde 2022. E essa é a primeira vez que o Fórum vem para Rondônia.

E desde que eu estou como Secretária, uma das minhas prioridades é olhar para a região Norte.

A região Norte, infelizmente, é muitas vezes esquecida nas políticas públicas por conta, inclusive, do sudestismo que temos, do centrismo em relação a Brasília e o eixo São Paulo/Rio de Janeiro. E a gente precisa dar uma atenção especial para os Estados da região Norte.

E, nesse sentido, o Fórum Nacional fez um levantamento com todos os fóruns estaduais, porque o FNPETI existe há 31 anos, e, para vocês tem ideia da importância do Fórum, quando o Fórum surgiu existiam 8,5 milhões de crianças em situação de trabalho. Naquelas piores formas: nas carvoarias, nas plantações de cana, na colheita de castanhas. E as Delegacias Regionais do Trabalho, juntamente com os auditores fiscais do trabalho foram importantíssimos no resgate dessas crianças.

E o Fórum Nacional foi quem elaborou o Programa de Articulação Institucional, o famoso PAI, que foi dar origem ao PETI, que muitos de vocês conhecem, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Hoje se tornou AEPETI – Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que é uma das estratégias do governo federal para lidar com o problema. De lá para cá, dos 8,5 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho, hoje a gente tem 1 mil e 650 mil. Nesse contingente não estamos falando das crianças que tem menos de 4 anos, porque a pesquisa PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) é de 5 a 17 anos. Então, crianças que trabalham, com 4 anos, não estão contabilizadas e a gente escuta que tem crianças que trabalham com 4 anos, sim. Eu escuto isso quando vou andar por este país.

As crianças e adolescentes exploradas sexualmente não estão contabilizadas. Os adolescentes autores de ato infracional análogo a tráfico de drogas, ou seja, que trabalham na produção, comércio e distribuição de drogas ilícitas, não estão contabilizados nesses 1 milhão e 650 mil. E tampouco estão contabilizadas as novas modalidades de trabalho infantil, como, por exemplo, o trabalho infantil digital, que vocês também devem acompanhar e ver o crescimento de crianças vendendo “n” produtos ou tentando ser influenciador mirim ou o que quer que seja.

Então, esse 1 milhão e 650 mil é a ponta do iceberg. E temos que lembrar que é uma pesquisa com uma metodologia experimental de acordo, inclusive, com os dados que o próprio IBGE apresenta.

Feito esse preâmbulo, eu estava falando do levantamento nacional que nós fizemos com todos os Estados, por meio dos Fóruns Estaduais. E nessa grande pesquisa que vai ser lançada agora este mês, a gente entrou em contato com o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil aqui de Rondônia.

A gente tem já um diagnóstico de quais são os desafios deste Estado. E de todos os Estados, na verdade, porque a gente ouviu todos os Estados. Tem desafios similares a outros Estados, alguns mais específicos, porque cada Estado tem a sua especificidade, mas o que a gente

percebe é que um Estado novo, como Rondônia, até o presente momento, não tem um plano estadual de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Então, desde o ano passado, eu tenho falado com o Juscelino, conversado muito com ele, dizendo que a gente precisa fazer uma incidência no governo do Estado para que possamos avançar na prevenção e na erradicação do trabalho infantil.

E aí eu quero fazer uma nota de rodapé. O trabalho infantil é um problema multifatorial, tem várias causas. Não vai ser só a Auditoria Fiscal do Trabalho, nem só a Justiça do Trabalho, nem só a Assistência Social do Trabalho que vai resolver o problema. São todas essas instituições trabalhando em conjunto em uma engrenagem suficientemente boa que vai poder fazer com que o problema seja resolvido.

Eu fico muito contente de ver que temos nessa Audiência Pública conselheiras tutelares, pessoal da assistência social, auditores fiscais do trabalho, a Justiça do Trabalho está aqui presente, o Ministério Público do Trabalho está representado pela Procuradora Jéssica, de modo on-line. Enfim, a gente tem a Presidenta aqui do CONEDCA (Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente), que é fundamental estar aqui presente, porque é o Conselho Estadual quem aprova o Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. E se eu entendo que a Presidenta do CONEDCA está aqui, é sinal de que esse plano vai ter uma prioridade dentro da agenda do Conselho. Pelo menos assim eu entendo, nesse sentido.

E digo mais: ainda que a aprendizagem profissional seja uma estratégia fundamental para o enfrentamento ao trabalho infantil, a gente não pode esquecer que a gente tem crianças e adolescentes com menos de 14 anos que a aprendizagem não pega. Então, a gente não pode pensar só em aprendizagem profissional para fazer o devido enfrentamento.

A gente precisa de um conjunto de estratégias. E como a gente faz esse conjunto de estratégias? A gente precisa criar uma comissão estadual de prevenção e erradicação do trabalho infantil para que, com todos os atores — assistência, educação, saúde, geração de renda e trabalho, Justiça do Trabalho, as universidades, as organizações não governamentais, a Superintendência Regional do Trabalho — todos os atores se debruçam, invistam tempo e energia para elaborar um plano exequível.

E esse plano não pode ficar sendo uma letra morta dentro de um gabinete. Ele tem que ser implementado, monitorado e ser feito o controle social dele.

Desde o ano passado, eu tenho conversado com o Juscelino, que foi incrível todos esses meses e agradecer imensamente à Deputada Lebrinha por ter aceitado esse nosso pedido de fazer essa discussão aqui, porque a gente quer, de fato, visibilizar o tema; a gente quer, de fato, que essa comissão exista; que esse plano saia das mentes e que tenha um direcionamento para o enfrentamento da questão.

Eu aproveito também e informo — vou fazer “a

blogueirinha”, o meu momento “blogueirinha” aqui na audiência — informo que a campanha nacional do 12 de junho, que é o Dia Nacional e Mundial Contra o Trabalho Infantil, está disponível no site do FNPETI: [www.fnpeti.org.br](http://www.fnpeti.org.br).

Vocês podem baixar os cartazes, os banners, os cards, tudo gratuitamente; incluir a logomarca das instituições de vocês no rodapé de apoiadores; vocês divulguem o cartão vermelho contra o trabalho infantil.

Dia 13 deste mês começa a Copa do Mundo. O ano que vem a gente tem no nosso país a Copa do Mundo feminina, vai continuar a Campanha do Cartão Vermelho e todos nós podemos estimular a visibilidade da temática durante todo esse ano e o ano que vem. Não é só no dia 12 que a gente tem que fazer o enfrentamento: é diariamente. E cada um e cada uma de vocês é fundamental nesse enfrentamento. Então, eu conto com cada um e cada uma aqui.

Eu agradeço imensamente a disponibilidade, a disposição de todas e todos, e, em especial, a da deputada, para essa temática que nos afeta.

E deixo à disposição o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para o que vocês precisarem em relação a essa temática. No portal tem uma série de estudos, enfim, e eu fico à disposição de vocês. Muito obrigada.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Nós que agradecemos a sua presença, Doutora Katerina. Muito importante a sua fala, a sua presença, já vamos acompanhar. Vamos repetir? Vamos abrir os celulares aí: [www...](http://www...)

A SRA. KATERINA VOLCOV – É o [www.fnpeti.org.br](http://www.fnpeti.org.br). Aí eu vou fazer mais a “blogueirinha”: o perfil do Instagram: @forum\_fnpeti. Lá vocês conseguem também acessar os materiais da campanha e as nossas pesquisas e os nossos levantamentos.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - A minha comissão está lá, tudo já antenado, buscando os dados para que a gente possa estar ajudando. E justamente que essa audiência não pode ser apenas um espaço de fala, mas que saíamos daqui com a escuta, com a construção, os encaminhamentos e as propostas, as responsabilidades assumidas, principalmente com a união dos nossos esforços, para fazer os encaminhamentos, e ademais fazer essa discussão dentro de todo o nosso Estado.

Acho muito importante levarmos essas discussões também para o interior do nosso Estado de Rondônia, para que a gente possa fazer as orientações, para que a gente possa discutir esses assuntos junto às Câmaras de Vereadores, às comissões. Inclusive, que existem nas Câmaras de Vereadores, junto às Secretarias Municipais de Assistência Social, para que a gente possa levar a informação para todo o nosso Estado de Rondônia.

Obrigada mais uma vez pela tua presença aqui no nosso Estado.

E agora, por fim, mas não menos importante, vamos ouvir também a Senhora Tereza Janete Córdova Santos, que é Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego de Rondônia, que nos procurou para promover essa Audiência Pública e que trouxe todas as pessoas à mesa para que a gente pudesse fazer esse levantamento das informações e que contribui muito aqui hoje, nessa manhã, juntamente com a gente.

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - Bom dia a todos e a todas. Em nome da Deputada Gislaíne Lebrinha, eu saúdo todos, em conjunto com o meu time aqui presente e os demais que estão internamente na Superintendência, atendendo todo o nosso público usuário.

Saúdo a Senhora Sabina Rodrigues, Juíza do Trabalho. Muito bom estar nessa Mesa. O senhor Emerson Dias, nosso parceirão de grande jornada. Katerina, bem-vinda, você está aqui abrilhantando. Juscelino, meu colega de longas jornadas, hoje Chefe da Inspeção do Trabalho em Rondônia. Gratidão, meu companheiro. E a Senhora Caroline Araújo, que tanto trabalha nessa área hoje aqui em pauta. Muito bom.

Falar por último é de muito mais responsabilidade, depois de tantas falas tão qualificadas e tão envolvidas na pauta. E nós, é uma honra falar nessa Audiência Pública como Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Rondônia.

Mas a honra vem acompanhada de responsabilidade, porque o tema que nos reúne hoje não aceita discurso vazio, ele trata do trabalho infantil, não é isso, deputada e demais? Quando uma criança deixa a escola para trabalhar, ela não está ajudando, ela está perdendo. Por quê? Ela perde aula, ela perde convívio, perde proteção. E o Estado perde também. Perde cidadãos com mais oportunidade, perde produtividade e perde o futuro.

Os números do IBGE e da PNAD nos mostram onde estamos. Mas número não tira criança da rua. O que tira é ação coordenada. É por isso que este Fórum existe. Reunir quem fiscaliza, quem acolhe, quem educa e quem julga na mesma sala, com o mesmo objetivo: infância protegida.

O papel da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Rondônia é, claro, fiscalizar, autuar e orientar; chegar onde a irregularidade acontece, seja na zona rural, no comércio ou na construção civil. Mas fiscalização sozinha não resolve. Se a criança sai de um lugar e entra no outro, nós apenas trocamos o endereço do problema.

Precisamos de três engrenagens girando juntas. A primeira engrenagem vem nos dizer: a escola em tempo integral, suporte e cultura. Criança ocupada aprendendo não está ocupada trabalhando. A segunda nos diz: a resposta rápida, a denúncia chegou, a rede foi acionada, a criança foi acolhida. E sem esse fluxo, a lei vira nada mais do que papel. E a terceira nos fala da responsabilização. Quem contrata criança tem que saber que vai responder. E quem protege e quem souber terá o apoio.

Saio daqui com uma expectativa concreta, que cada entidade presente, leve para casa uma meta. Quantas crianças identificadas, quantas reinseridas na escola, quantas famílias atendidas. Meta com nome, com prazo e responsável.

O Estatuto da Criança e do Adolescente completa 36 anos, mas aniversário de lei só tem valor se a realidade mudar. E ela muda quando deixamos de empurrar o problema com a barriga e começamos a empurrar a solução com as duas mãos. Nenhuma criança nasce para trabalhar. Nasce para correr, para perguntar: por quê? Mil vezes ela pergunta por quê, para errar na prova de matemática e acertar na vida.

Contem com a Superintendência Regional do Trabalho em Rondônia. A nossa equipe está à disposição para fiscalizar, orientar, construir soluções em conjunto. Vamos fazer deste Fórum de Rondônia do Trabalho Infantil, o ponto da virada no Estado, porque essa audiência, hoje, é esse o objetivo.

E, por último, deixo: o futuro que desejamos para Rondônia começa com a proteção das nossas crianças, hoje. Que este fórum seja um passo importante nessa caminhada.

Muito obrigada, excelente trabalho para todos nós aqui presentes e demais que entrarão nessa grande rede em Rondônia. Gratidão.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Obrigada, Tereza, pelas suas palavras e pelo teu todo empenho em estar fazendo essa Audiência Pública para debater, querendo levar conhecimento às pessoas, levar informação e erradicar o trabalho infantil no nosso Estado de Rondônia. Muito feliz de poder estar contribuindo contigo aqui hoje, nessa manhã.

A seguir, vamos passar as apresentações aos debatedores, convidados para essa Audiência Pública, mas gostaria de antes de abrir aqui para os presentes, abrir a fala para a Procuradora do Ministério Público do Trabalho, que está de forma remota, a Doutora Jéssica, que é a nossa procuradora. Fique com a palavra neste momento.

A SRA. JÉSSICA ALVES (Por videoconferência) - Olá, bom dia. Vocês me escutam?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Sim.

A SRA. JÉSSICA ALVES (Por videoconferência) - Bom dia a todas as pessoas presentes na audiência. Meu nome é Jéssica, sou Procuradora do Trabalho no MPT (Ministério Público do Trabalho), aqui em Rondônia e Acre, e atualmente, eu estou na Coordenação Regional da Coordinfância do MPT (Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente), na busca pela erradicação do trabalho infantil proibido, e também, para o incentivo da atividade de aprendizagem profissional de jovens.

Eu agradeço, inicialmente, o convite à Superintendência Regional do Trabalho de Rondônia, nas pessoas da

Superintendente, senhora Tereza Janete; do Chefe de Fiscalização, senhor Juscelino, bem como, parabênzo a proponente dessa Audiência Pública, a Excelentíssima Deputada Estadual Gislaïne, pela iniciativa de promover esse debate tão relevante nessa Casa do povo rondoniense.

O Ministério Público do Trabalho renova aqui seu compromisso pela iniciativa de promover essa busca, essa batalha pela erradicação do trabalho infantil, como uma das suas missões prioritárias. E hoje, visando especialmente a elaboração e implementação desse plano estadual de prevenção e de erradicação também, do trabalho infantil.

Eu penso que seja muito importante essa união de todas essas instituições aqui hoje, especialmente, para a gente se perguntar, inicialmente: do porquê ainda é normalizado o trabalho infantil no Brasil?

Acredito que seja uma mentalidade fruto da nossa desigualdade social que afasta essa possibilidade de maior qualificação para jovens, crianças, adolescentes, para que busquem ascensão a cargos com maiores salários e promovam também essa libertação dessa desigualdade social, dessa vulnerabilidade.

Então, eu acredito que a partir dessa pergunta, a gente consegue trazer outros questionamentos do porquê que há alternativas para algumas crianças, alguns adolescentes e outros não? E por que isso é normal? E por que é normal que a gente escute: "antes a criança estar trabalhando, do que estar roubando, no meio do tráfico de drogas ou qualquer outro tipo de crime"?

Nós não podemos normalizar essas perguntas. Nós não podemos normalizar esse entendimento, essa cultura de que é melhor manter a criança trabalhando do que na rua. É claro que nenhuma das duas situações são aceitáveis, quando eles estão contradizendo a legislação. A proteção prioritária à criança e adolescente tem assento constitucional, e dentro também de uma visão internacional, nós devemos proteger nossas crianças, e propiciar um futuro melhor para todas elas, crianças e adolescentes.

Então, também fortalecer essa aprendizagem visando especialmente tornar a educação um remédio para essa desigualdade social, seja para as crianças, seja para os adolescentes.

Então, hoje, renovando esse compromisso do Ministério Público do Trabalho, eu desejo que os trabalhos no dia de hoje sejam profícuos para toda a nossa sociedade. Obrigada pela palavra.

A SRA. GISLAÏNE LEBRINHA (Presidente) – Nós que agradecemos, Doutora Jéssica, pela sua contribuição e por estar presente justamente com a gente, acompanhando este dia.

E justamente traz essa reflexão de que o combate ao trabalho infantil não significa ignorar a realidade das famílias em vulnerabilidade, em situação de pobreza, mas que também nenhuma criança deve abrir mão da sua infância para sobreviver. E buscar meios alternativos para que a gente possa assistir essas famílias, seja para

ver se já estão sendo contempladas pelos programas sociais, que existem diversos hoje para dar suporte a essas famílias.

E trazer também esse trabalho, mas desde que seja um trabalho através do aprendizado. E que a gente possa sair hoje aqui desta audiência justamente podendo proporcionar esses esclarecimentos à nossa população. Além da Doutora Jéssica, vou abrir a fala para todos os demais que quiserem fazer uso da palavra. Mas, de antemão, eu já passo a fala para a servidora da SEAS, que trouxe os dados técnicos para apresentar aqui, podendo contribuir com o debate, Fabiane Passarini, e já aproveito para levar o nosso abraço à nossa Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, Luana Rocha.

Depois podemos fazer os encaminhamentos junto à SEAS. Obrigada, Fabiane, pela tua presença.

A SRA. FABIANE APARECIDA PASSARINI - Olá, bom dia a todos os presentes.

Em nome da Secretária Luana Rocha, agradecer o convite, tanto da Superintendência quanto desta Casa, para a gente poder se fazer presente. Quero pedir desculpas pela diretoria e pela Secretária não poderem ter comparecido.

Nosso diretor técnico, assim como quase todos da área técnica, tem sido convocado constantemente para Tribunal do Júri. Então, às vezes, a gente não consegue estar cumprindo algumas agendas em cima da hora.

Mas dizer que, enquanto Coordenadora Estadual da Política de Assistência Social dentro da Secretaria, nós temos, todos os anos, feito várias e várias capacitações no campo da assistência social com os municípios. Especialmente com as equipes da proteção social básica, no acompanhamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e das demais ações de proteção social. Assim como nas ações de média e alta complexidade nos municípios, que são realmente quando já houve uma violação de direito, quando a gente já recebe uma denúncia dos órgãos de fiscalização e até mesmo da própria segurança pública.

O que nos assusta um pouco é que, se a gente tem os dados do IBGE, e a gente já, inclusive, contestou isso muito com os municípios, você ter um número de 18 mil crianças em trabalho infantil. Mas, quando a gente puxa os dados do Cadastro Único, porque seria um público prioritário para a gente poder estar atendendo dentro do Cadastro Único, dentro da política de assistência, eu tenho uma marcação de apenas 40%. Então, assim, é um número muito contrastante.

E a gente tem feito muito esse expediente com os municípios, especialmente, Deputada Gislaïne Lebrinha, com os Secretários Municipais de assistência social, sobre essas subnotificações.

Onde a rede está falhando? Porque, se está tendo uma incidência de fiscalização e a gente tem se deparado com crianças e adolescentes em trabalho infantil, onde está ficando esse número? Como ele está chegando? Porque, na assistência, a gente tem percebido que não

está chegando. Infelizmente, eu acho que é um desafio muito grande para que a gente possa estar fazendo essas articulações.

No campo da assistência, a gente faz essa incidência constante com os municípios, mas existe uma certa resistência organizacional e estrutural em alguns municípios.

E aí eu vou colocar como exemplo muito prático, acho que a Katerina deve ter esses dados também, enquanto Fórum Nacional. Por exemplo, o próprio Ministério do Desenvolvimento Social passou por um tempo em que a incidência relacionada ao trabalho infantil ficou um pouco desarticulada.

A gente, enquanto Estado, até cobrou algumas iniciativas do governo federal, inclusive de financiamento federal. E ficou um grande período sem financiamento federal. Mas, no ano passado, isso foi retomado. E, nessa retomada do financiamento federal, nós temos alguns municípios com marcação, pelo Cadastro Único, de incidência de trabalho infantil para que eles pudessem receber um valor mensal de cofinanciamento federal. Além do que a gente já cofinancia pelo Estado, a gente cofinancia no bloco da proteção social básica e da média e alta complexidade para os municípios.

Mas o governo federal também fez uma articulação para um repasse específico para esse trabalho. E foi utilizado como parâmetro os municípios que tinham marcação no Cadastro Único de crianças e adolescentes no trabalho infantil.

Nós já estamos na 18ª convocação e até agora a gente só está com 14 municípios que aderiram. Alguns municípios receberam a demanda, foi aberta a adesão e eles desistiram. E as justificativas são: "Ah, porque eu vou ter que ter mais trabalho." "Ah, eu vou ter que fazer mais atividade." Então assim, é uma falta de reconhecimento, realmente, que eles têm uma necessidade, que eles têm um problema que precisa ser atacado e que a gente percebe que há uma certa - como eu vou dizer, não é nenhum descrédito -, mas é como que não acreditasse que aquilo realmente está prejudicando essas crianças e adolescentes em seu município.

Essa é uma problemática séria que a gente tem no Estado. A gente tem municípios que, realmente, têm essa dificuldade, até porque, quando ele reconhece a marcação, reconhece que tem um problema no município, precisa atacar.

Como já foi colocado na Mesa, a gente tem uma política econômica voltada muito para a questão da produção rural, da agricultura. Então, ainda há certa falta de entendimento, realmente, daquele trabalho infantil. Que aquela criança, colaborando nas atividades da agricultura familiar, especialmente, que, a partir do momento que tem que ter uma linha de extensão, o que é contribuição familiar nas atividades e o que é trabalho infantil realmente.

De fato, a gente tem feito essas incidências com as equipes técnicas dos municípios, mas a gente ainda percebe que há uma cortina em cima, que a gente precisa fazer essa atividade um pouco mais integrada,

acho que com todos os órgãos. Mas, no campo, realmente, com relação à política de assistência e com relação à Secretaria de Estado de Assistência, a gente está à disposição.

Eu sei que há necessidade da elaboração desse plano estadual. A própria Secretaria também tem a política de direitos humanos, onde fica a política da criança e adolescente, para que a gente pudesse fazer essa articulação. Eu respondo hoje pela política de assistência, mas o Conselho, o Fundo Estadual da Criança e Adolescente ficam dentro da Secretaria, mas em um outro departamento, mas que a gente possa sentar realmente e fazer essa discussão de retomada.

A questão do Fórum, realmente, a gente sempre ficou um pouco, quem tem que ser o principal articulador dessa parte de mobilização mais interinstitucional, mas que a gente está à disposição. A gente, já até coloquei para a equipe da deputada, que a SEAS está à disposição para que a gente possa ampliar o debate e a discussão para, realmente, possa estar à frente ou colaborando com quem for estar à frente ou dessa comissão ou dessa elaboração.

Acho que seria isso. Agradeço mais uma vez, a gente está à disposição. A equipe técnica está toda aqui, estou com a equipe de alta e média complexidade aqui. O que for preciso, que a gente puder fazer os auxílios e fazer os acompanhamentos. Obrigada.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Obrigada, Fabiane, pela explanação dos dados. É algo que a gente já pode levar para os nossos encaminhamentos, que é a falta do reembolso por parte do governo federal, que por algum período ficou de forma sem os repasses. Acho que é um dos encaminhamentos que a gente pode já fazer o levantamento.

Gostaria também de abrir a fala aos demais. Só peço que levante a mão inicialmente e diga seu nome completo e o cargo, porque a nossa Taquigrafia está fazendo todos os registros e é necessário para que a gente possa registrar as suas falas aqui nos nossos Anais. Fique à vontade.

A SRA. LUCIANE LIMA COSTA E SILVA PINTO - Bom dia a todas e todos. Meu nome é Luciane Pinto, sou professora de Direito da Infância e Adolescência no Centro Universitário Sapiens - UniSapiens. Sou também conselheira no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a nossa presidente ali nos representando, a Carol. E sou também da Fundação Espírita Eurípedes Barsanulfo.

Bom, em primeiro lugar eu queria cumprimentar a Mesa e a iniciativa da Deputada Gislaïne Lebrinha, agradecer a oportunidade desse debate, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais. E dizer, de tudo que eu vi aqui, a gente pode dividir em dois momentos. Um, a gente está discutindo trabalho infantil, o que é trabalho infantil, inclusive com a ideia de esclarecer às pessoas. A gente sabe que hoje com as redes sociais, essas mensagens podem sofrer recortes e chegar ao conhecimento de outras pessoas.

Então, assim, importante a gente refletir para aqueles que acham que proibir o trabalho infantil é proibir as crianças de aprender, de colaborar em casa, que não é isso. Na verdade, o trabalho infantil começa na Revolução Industrial e ele começa a ser proibido com a Organização Internacional do Trabalho quando ela recomenda aos países, através de algumas Resoluções, a vedação ao trabalho com menos de 15 anos.

No Brasil, o trabalho é permitido, então, a Constituição, o trabalho é permitido a partir dos 14 anos na condição de aprendiz, e a partir de 16 anos é permitido o trabalho desde que não seja insalubre, desde que não seja perigoso e noturno.

Então, aqui, inclusive, eu chamo a atenção ao nosso querido fiscal do trabalho, Doutor Juscelino, que a gente também precisa começar a observar no nosso Estado alguns municípios que começam a fazer trabalho voluntário de adolescente nas escolas.

Então, até que ponto, do ponto de vista — eu também sou advogada na área de infância e juventude —, juridicamente, pode sim existir alguma margem, se a gente for legalista e positivista; mas, do ponto de vista da proteção da criança e do adolescente, da proteção integral, não acho que seja algo interessante as prefeituras estarem investindo em trabalho infantil para botar adolescentes cuidando de criança com autismo, de outros tipos de situação dentro das escolas.

Então, acho, a nossa Katerina, que a gente precisa refletir sobre essas novas orientações, esses novos decretos, enfim. Como, se não me engano, da prefeitura não sei se de São Francisco do Guaporé ou São Miguel do Guaporé, uma das duas que estávamos investigando essa situação. Então, isso é uma coisa que precisamos refletir.

Trabalho infantil não é a gente não ensinar as crianças a organizarem os seus espaços em casa, arrumar a cama; não é isso que é trabalho infantil. Inclusive, as pessoas que levam a discussão do trabalho infantil para esse lugar, elas tentam, na verdade, trazer um discurso de você desqualificar toda essa discussão sobre erradicação do trabalho infantil que vem desde o século XX, como eu falei com as resoluções da Organização Internacional do Trabalho.

Do ponto de vista objetivo dessa audiência, eu acho que para essa audiência, deputada, efetivamente sair como uma audiência produtiva, a gente precisava sair daqui com essa minuta de comissão pronta, essa comissão estadual de prevenção e erradicação do trabalho infantil. De que forma? A gente já está com as instituições aqui. A gente sai daqui com uma minuta. Está a nossa Presidente do CONEDCA aqui; com a obrigação, Presidente, de marcar uma reunião extraordinária do CONEDCA para que a gente possa pautar.

Se o governo do Estado não está disponível para isso, nós estamos. Porque é uma vergonha, me desculpa, é uma vergonha a gente ter um profissional do gabarito da Fabiana, que não está sentado aí na frente na Mesa com vocês, representando a SEAS. A SEAS não mandar uma pessoa para estar na Mesa representando - desculpa, diz tudo sobre -, efetivamente os trabalhadores, a gente até

conversava sobre isso no início, aqui estão as pessoas que efetivamente fazem a discussão sobre a erradicação do trabalho infantil, mas quem "passa a caneta" não está na Mesa.

Então, isso tem um discurso, na análise de discurso, em linguística, a gente estuda isso. O que está dito no que não está dito. O que está dito nas entrelinhas. E aqui o que está claro, quando a Fabiana não está aí na Mesa representando a SEAS, com o poder de falar em nome da SEAS, está muito claro qual é o lugar que o Governo do Estado coloca essa pauta.

Então, assim, eu gostaria que a gente saísse daqui, essa é a minha proposta, que a gente saia daqui não só como uma Audiência Pública, deputada, da gente só discutir, discutir, discutir; mas que aí seja propositiva, no sentido, já que nós estamos com a nossa Presidente do CONEDCA aqui, que a gente puxe uma Reunião Extraordinária do CONEDCA, com pauta única, como tem que ser no nosso Regimento, que a gente já leve a proposta de criação dessa Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Com relação ao Fórum Estadual - gente, me desculpa mais uma vez -, não há nenhuma justificativa para que a gente não tenha um Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. Há quantos anos que essa discussão vem sendo feita? Nós temos um governo que está há oito anos. Oito anos. Então, não há nenhuma justificativa plausível para isso.

Então, é nesse sentido a minha fala, que a gente pegue já as instituições todas que fazem parte dessa discussão e que a gente já saia daqui, que a gente, de repente, até no final, reúna, faz uma lista, vamos marcar uma conversa, vamos levar essa proposta de criação dessa comissão pelo CONEDCA em reunião extraordinária agora.

Então, essa é a minha pauta, porque ficar conversando, conversando, conversando, a gente não vai a lugar nenhum. A gente tem que sair daqui já de forma propositiva e pedir o nosso auditor fiscal Juscelino, que também continue nos provocando, não nos deixa cair na nossa inércia.

Enfim, era essa a minha contribuição. Muito obrigada.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Agradecer a sua contribuição. Foi extremamente importante. Realmente, concordo, a gente tem que já sair. Já estamos aqui conversando, Tereza, quem deveria compor essa comissão. Ela já sugeriu várias entidades, depois vamos estar conversando.

Só para a gente fazer uma correção: a Fabiane, a gente conversou com ela anteriormente, se ela poderia vir fazer, compor a Mesa. Ela preferiu que não, porque ela não tem poder de decisão. Ela preferiu se assentar à frente, mas a SEAS a enviou representando-a.

Como ela disse que não tem poder de decisão, ela preferiu se assentar e fazer sua explanação após. Mas ela veio como representante da SEAS.

A SRA. LUCIANE LIMA COSTA E SILVA PINTO – Só esclarecendo, deputada, na análise de discurso tem uma

fala aí. Quando não se manda alguém com poder de decisão para uma Audiência pública sobre esse assunto, nas entrelinhas tem algo dito. E esse algo dito é que essa matéria não é suficientemente importante para o Governo do Estado.

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - Correto. É o que a gente também defende. Parabéns pela sua fala. Lembrando que nós já temos o Fórum constituído. E aí as demais tratativas, a nossa representante vai passar para que a gente fique todos empenhados e, com a sua fala, só vem fortalecer toda essa logística já preparada.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - A reunião é amanhã, inclusive, não é?

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - Isso, a reunião já está agendada para amanhã, estaremos passando, ou a deputada já pode, porque é importante a sua fala, professora. É o nosso trabalho na Superintendência do Trabalho, em qualquer espaço, estar junto com as universidades e faculdades para que haja toda essa integração, assim como Institutos Federais de Educação. Essa é a nossa cultura de trabalhar na transversalidade.

O SR. JUSCELINO JOSÉ DURGO DOS SANTOS - Deputada, me permita.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Sim, só passar aqui, antes que, o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Rondônia vai acontecer amanhã, dia 2 de junho, às 14h30, no auditório do Sinpospetroron (Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis de Rondônia). Isso, perfeito. Já está marcado. Então, essa parte avançamos. Ai, perdão, Juscelino.

O SR. JUSCELINO JOSÉ DURGO DOS SANTOS - Sim, eu quero só corroborar a fala da Superintendente. Professora, e parabenizá-la pela. Estou aqui, sou eu. Parabenizá-la pela fala, do protesto, da indignação. De fato, também sinto, tenho o mesmo sentimento. E eu estou há mais de 30 anos na inspeção do trabalho aqui em Rondônia, e eu carrego alguns sentimentos de indignação. Esse é um deles. Já tentamos, inclusive, que a Comissão Estadual para a Erradicação de Trabalho Escravo, o decreto já chegou a ficar pronto.

Elaboramos o decreto, estava pronto o decreto, e na hora de publicar, infelizmente, eu não posso citar aqui quem foi o grupo que trabalhou para que o decreto não fosse publicado. Mas, é o nível da discussão que tem quando algumas pautas não têm interesse a determinados grupos que comandam, na verdade, o poder. Infelizmente. Então, isso é triste, é indignante essa situação. Mas a senhora tem razão. Deputada, nós vamos precisar realmente. A ideia nossa, minha e da Katerina, era que a gente saísse realmente com, obviamente que era para a SEAS estar aqui com alguém com poder de decisão, para a gente constituir já a comissão estadual para a

erradicação do trabalho infantil.

Quando nós descobrimos que não tinham encaminhado, eu tive o cuidado, inclusive, de conversar com o Anderson, inúmeras vezes. "Anderson, vá pessoalmente pedir para a deputada conversar com a Secretária Luana, para ela estar presente", porque é importante alguém com poder decisório estar na Audiência Pública. A gente teve esse cuidado, professora, mas infelizmente é como o senhor falou, eles deram a resposta e a resposta não foi adequada para a sociedade.

Então, vamos, de fato, deputada, depois, se a gente não conseguir já estabelecer aqui agora, nesse momento, a proposta dela é interessante. A gente pode até fazer junto, a gente pode articular com o Conselho e a Superintendência do Trabalho e a deputada, a gente faz uma reunião para estabelecer a comissão e fazer uma incidência para a gente forçar o Governo do Estado a fazer essa publicação.

Não faz sentido, não faz nenhum sentido. A gente está... Foi em 1891, professora, que o Brasil começou, ele praticamente criou a inspeção do trabalho, através do decreto que estabeleceu o combate ao trabalho infantil nas fábricas no Rio de Janeiro, em 1891. E não faz sentido a gente estar em 2026 e estarmos discutindo se a gente deve ou não criar uma comissão para erradicar trabalho infantil. Não faz sentido, gente.

A sociedade quer essa chaga para o Brasil? A gente sabe que não agrega valor as crianças e adolescentes nossos estarem trabalhando em atividades que não vão engrandecer o país. Pelo contrário, trabalhando em atividades que degradam a integridade física e a saúde dessas crianças e desses adolescentes. É absurdo isso. A gente está discutindo em pleno ano de 2026.

Então, proponho, sim, deputada, que seja acatada a proposta da professora. E, se a gente vai fazer uma outra reunião para estabelecer, ok. Mas, se a senhora puder, já hoje, a gente tentar, com os nomes que estão aqui presentes, a gente tentar compor a comissão, o Ministério do Trabalho, a Assembleia Legislativa, o Tribunal, o Conselho, enfim. Eu realmente ficaria muito feliz, porque é triste a gente fazer todo esse esforço e a coisa parece que não caminha.

Então, obrigado, professora, pela colocação. Muito obrigado.

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - Só complementando a fala do meu colega Juscelino, para a professora e todos os demais presentes ou virtual, de que esse não é o primeiro evento que o governo não está através da SEAS. Assim como nós fizemos a Conferência Estadual de Economia Solidária e a Conferência Estadual do Trabalho Decente, onde a gente, Superintendente, tivemos que puxar a portaria, porque eles iam fazer, publicar, e não publicaram, e passou para nós essa ação. Então, professora, foi muito bem-vinda a sua fala, porque é o mesmo que a gente sente, está certo? A ausência, mas não é por isso que a gente vai deixar, não. Como sempre, a gente não deixou. Estivemos, eu e Juscelino, como delegados em São Paulo, defendendo, e toda a

nossa delegação que foi composta devidamente de forma tripartite e paritária, mesmo com a ausência do Estado, temos que seguir. Obrigada, deputada. Obrigada, meu colega.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) – Mas, acredito que deve ter uma falha de comunicação. Esses dias o Estado esteve em Ji-Paraná, onde aconteceu a maior feira do Estado de Rondônia, a Rondônia Rural Show, e acabou que, acho que nesse período, acabou tendo alguma falha de comunicação entre as pessoas que poderiam estar presentes com a gente, mas acredito que a gente não vai ter dificuldade, a gente consiga, sim.

A Secretária tem sido sempre muito acessível, e a gente vai conversar com ela para que possa dar os encaminhamentos, e não vamos ter dificuldade depois, inclusive, podemos ligar e já avançarmos nesse sentido. O que precisamos é avançar, para que a gente não fique hoje em só mais falas, que a gente possa avançar. Mas, tenho certeza que vamos conseguir avançar junto ao Governo do Estado.

Aqui houve a sugestão da Superintendente para compor a comissão. Vou já começar falando e vocês depois já vão pensando aqui, enquanto as demais falas vão se avançando, a gente pode estar pensando sobre os membros.

A Universidade, CONEDCA, a Superintendência Regional do Trabalho, a Procuradoria Regional do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho, o FEPETI (Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente), SEAS, a sociedade civil, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Trabalho e Renda, Secretaria de Desenvolvimento, e Secretaria de Agricultura.

Isso mesmo? E aí vocês vão pensando, de repente, mais a Assembleia Legislativa. Vamos acrescentar aqui.

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - É, sociedade civil. **(fora do microfone)**

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Sim. Mas alguém já fica com a palavra, lembrando de falar o nome completo e cargo. Em sequência, já passa para ti. Vou deixar a doutora Katerina mais à frente.

A SRA. TAÍS TIENE IAMAZAKI - Bom dia, meu nome é Taís Iamazaki, sou Coordenadora do Fórum Estadual da Criança e Adolescente e também, Vice-Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Bom, professora Luciana, faço das suas palavras as minhas palavras, eu acho que metade do que eu tinha para falar você já disse. Mas, eu gostaria de voltar em um ponto que eu acho importante a gente levar como missão.

Eu acho que a Katerine trouxe a questão da construção do plano estadual. Eu acho que ele é de extrema importância. Ele não é só um documento, não é só um papel. Ele tem que ser elaborado, tem que ser pensado com prioridade para a estratégia das ações no Estado de Rondônia, com

compromisso, olhando realmente no futuro das nossas crianças e adolescentes.

Se fala muito da primeira infância, mas quando a gente fala de pautas que precisam de dados, que precisam de levantamentos e ações concretas, como a questão da erradicação do trabalho infantil e a questão da orfandade, - que é um outro tema, pauta que eu trabalho aqui no nosso Estado -, a gente não consegue avançar e muitas vezes, ficamos invisibilizados.

A Audiência Pública traz esse olhar de realmente externar essa preocupação e esse trabalho tão importante. A gente precisa que esse plano seja efetivo e é fundamental que cada parceiro, cada instituição compreenda realmente qual é o papel, e que assuma a responsabilidade nesse processo.

Não basta apenas participar das discussões, várias discussões e reuniões. É necessário realmente contribuir ativamente com as propostas, dados e ações concretas para que isso possa ser realmente executado conforme o pactuado.

O combate ao trabalho infantil exige atuação integrada, definição clara, prioridade, responsabilidade compartilhada. O sucesso disso só depende do engajamento de todos esses pares. Essa comissão é fundamental para esse monitoramento e a provocação desses atores para que eles realmente cumpram o que está sendo pactuado.

E desta forma, a gente espera que a proteção da infância seja realmente realizada. Ela não pode esperar, entre todas as outras prioridades que existem no campo da criança e do adolescente. Ela tem que ser executada, é para já, é agora. Não temos mais como adiar essa responsabilidade. E aqui finalizo agradecendo, e parabéns deputada, por trazer essa temática tão importante.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Nós agradecemos a sua contribuição. Fico feliz aqui da participação, acho que isso é muito importante na audiência. Ficamos só aqui nas falas, isso não avança, e estar ouvindo a todos para que possamos contribuir. E, dessa forma, saírem os encaminhamentos.

Vou passar para a nossa, está presente e, logo em seguida, passo para você.

A SRA. RAIMUNDA MONTEIRO EVANGELIS DA ROCHA – Olá, bom dia a todos. Eu me chamo Raimunda, mas podem me chamar de Rai. Eu prefiro assim.

Atualmente, estou coordenando as ações do AEPETI, no Município de Porto Velho. Estou coordenadora.

Alguém falou, eu acho que foi a professora aqui atrás. E, realmente, coordenar este programa tem sido um desafio contínuo, porque as pessoas falam bonito. Eu escrevi um texto, mas vou falar eu mesma, senão não vai dar certo.

As pessoas gostam muito de foto, coisas da mídia, mas, na hora do fazer, nós que estamos na ponta, nós que descemos essas BRs correndo risco, descemos o Baixo Madeira... Eu vou fazer um ano à frente desta coordenação e, realmente, este programa está com Ação Civil Pública, e um dos itens que é exigido é a questão do diagnóstico do trabalho infantil.

E nós estamos trabalhando nisso, mas não é nada fácil. Mas ele está "no forno", então daqui a um pouquinho ele sai. E só falta a questão dos distritos, porque é mais complicada a questão da logística e dessas demandas.

Mas, é igual eu falei: eu escrevi o texto, mas eu vou falar. Eu trabalho desde os 12 anos, então eu digo que não foi à toa. Foi Deus que me colocou à frente deste programa, porque eu sei, eu sofri na pele como é difícil você ter uma infância roubada.

Então, eu digo "nós" porque eu tenho aqui as minhas "petianas", Rosilda e Iris, que estão ali atrás, que me ajudam. Minha chefe, que está aqui na frente, Poliana. E eu já gostaria também, de antemão, de pedir para que incluam a SEMIAS (Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social da Prefeitura de Porto Velho) na comissão, uma vez que o programa está lá na ativa.

E é muito complicada essa questão. Quando você fala do trabalho infantil, vem a questão cultural. Quando fala dos distritos, é muito complicado. Você tem que ter um certo manejo para estar abordando o assunto, mas é muito importante. E, no meu ver, não tem outra saída a não ser a questão do aprendizado.

Eu vim de uma família humilde, trabalho desde os 12 anos. Tudo deu certo para mim, graças a Deus, mas ficaram as feridas. Então, eu não gostaria de ver um adolescente nessa situação, quando a gente está agora realizando oficinas e palestras nas escolas dos distritos e do Baixo Madeira.

Então, a fala é essa: é você se sensibilizar.

O MPT, e tem outras pessoas, que eu quero agradecer aqui, à Márcia, é muito parceira. O Fórum também. Nossa, o que seria o AEPETI sem o Fórum?

Então, é isso, gente. É um programa que Porto Velho já aderiu, Fabiane, já aderiu cofinanciamento. Está ativo, tem uma equipe. É pequena, mas estamos trabalhando.

E eu sinto mesmo a falta do comprometimento do poder, do Poder Legislativo, neste programa.

Obrigada. E agradeço a todos pela oportunidade. Esta audiência eu estava ansiosamente aguardando.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) – Nós que agradecemos a contribuição. Justamente de quem está em campo, que vê as dificuldades.

Conheço várias regiões aqui do Baixo Madeira. Sei das dificuldades para estar indo até lá. E imagino vocês, ainda, que têm que adentrar todas as especificidades. É muito mais complexo e fico feliz com a sua contribuição aqui nesta manhã.

Em seguida, fique à vontade. Nome completo, por favor, e o cargo.

A SRA. ELISÂNGELA BIBÁ GOMES – Bom dia a todos. Meu nome é Elisângela Bibá Gomes.

Eu gostaria de fazer aqui uma correção. Eu não sou a Presidente da Associação Missão Projeto Filhos do Reino, mas eu sou voluntária e estou aqui representando a nossa Presidente, Pelu Guevara. Ela não pôde estar aqui neste momento. Ela está em outro país neste momento.

A Missão Filhos do Reino acontece na Vila Princesa. E ela

já vem acontecendo, essa nossa mentora já trabalha ali há 20 anos, junto àquelas famílias, tentando exatamente erradicar o trabalho infantil. Não diretamente como representante de qualquer instituição, mas dando todo o apoio. Como?

Eles têm tentado, através da orientação às famílias, melhorar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Mas não é um trabalho que se faz por uma pessoa, por um casal ou por alguns voluntários que estão ali.

O que nós temos é a liberdade de trabalhar o nosso currículo ali dentro.

Eu ouvi em várias falas aqui sobre a importância de a gente atacar o problema do trabalho infantil na base, na educação. Como lá nós não somos uma escola, nós podemos escolher o nosso currículo. Então, nós temos trabalhado o quê? Primeiramente, a Pelu Guevara começou trabalhando a demanda dos pais, reforço escolar de matemática, de português, mas isso foi ganhando corpo e foi trazendo outros voluntários.

Então, atualmente, as crianças já tiveram oportunidade de estudar até inglês, recebendo um certificado de uma universidade nos Estados Unidos.

Mas, por que eu pedi a fala aqui neste momento? Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus de ter essa oportunidade de estar aqui falando com tantas autoridades e tão comprometidas. Gostaria de agradecer à Doutora Márcia, do MPT, porque foi através dela que eu recebi esse convite. E agradeço também à Caroline Araújo, minha amiga pessoal e representante aqui do CONEDCA. Espero ter falado certo.

Quando a gente tem a oportunidade de trabalhar no currículo a responsabilidade social, a identidade da criança e fazer com que a criança consiga entender quem ela é, até mesmo se os pais tivessem tido essa oportunidade de conhecer quem eles são. Se eu fosse perguntar para vocês aqui, vocês sabem qual é o traço de caráter que vocês têm? Qual é o tipo de mentalidade que vocês têm? Qual é o temperamento que vocês têm? Qual o perfil de personalidade dos nove perfis que o Eneagrama apresenta, qual desses você tem?

Então, se a criança se conhece e se ela tem a oportunidade, através de programas estaduais, que façam com que a criança desenvolva algumas outras habilidades, ela começa a sonhar corretamente para onde futuramente ela vai trabalhar e na hora certa. Porque, enquanto isso for só uma campanha ou só, vamos dizer, uma semana apresentada em algum evento estadual, isso não vai estar enraizado no coração de uma criança. Isso deveria compor o currículo.

A responsabilidade social, se trabalhada no coração da criança, a identidade, os problemas que nós temos no Estado, os problemas que nós temos no município. Se as crianças já começassem a ter, aí você vai me dizer: "Sim, mas uma criança com 10 anos, por que ela precisa saber disso?" Pelo menos se ela entender o que é o trabalho infantil e a necessidade da erradicação do trabalho infantil, ela vai sim, se colocar contra.

Assim como uma criança hoje, se você falar: "Olha, não faz isso, você pode ganhar uma palmada dos seus pais",

ela vai dizer: "Não, eu vou para o Conselho Tutelar". Elas sabem. Então, por que elas sabem disso? Porque foi para a mídia. Por que elas sabem disso? Porque, em algum momento, teve uma campanha, alguma coisa que mostrou. Mas ainda é incipiente. Eu creio que a gente pode trabalhar isso muito melhor nas bases.

Eu não me apresentei corretamente. Atualmente, eu sou professora no Instituto Federal de Rondônia, professora na área de informática, e eu estou afastada, eu estou terminando agora, já estou me recuperando de um tratamento de saúde de um câncer que eu tive, um câncer de mama.

E durante esse período reclusa, eu pude perceber algumas situações, e isso eu obtive através de mentorias e também até mesmo de conversas com a mentora do projeto. E como todas as coisas colaboram para o bem daqueles que amam a Deus, eu creio nisso, as pessoas certas entram no momento certo nas nossas vidas para que a gente possa colaborar com o todo.

E o nosso Estado precisa, de repente, chamar a essa análise de currículo. No Japão, as crianças já começam a trabalhar o comportamento, elas já começam a entender até mesmo o que é trabalho dentro de casa, o que é colaborar dentro de casa e a diferença de você trabalhar dentro de casa.

Então, você fazendo a diferença, o que você pode fazer para colaborar com a sua família, o que você está sendo explorado pela sua família, você fazer essa diferença entre colaboração e exploração, faz com que a criança entenda e não se submeta. Ou até mesmo a própria criança busque denunciar.

Então, mas se isso não estiver na base, e se não houverem leis que venham a obrigar que algo seja cumprido, como, por exemplo, o Doutor Juscelino falou: "Nós fizemos tudo, mas chegou em um certo ponto e aquilo ali não foi cumprido". Se tivesse alguma lei que obrigasse o cumprimento, de repente, isso poderia ser efetivado, ser concluído.

Então, fica aqui a minha fala para que esse trabalho de erradicação do trabalho infantil, bem como outros temas importantes para o nosso município, para o nosso Estado venha a compor currículo. Isso seria algo para discutir com a Seduc, com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), enfim.

Então, muito obrigada pela oportunidade e parabéns por esse trabalho. E agradeço a participação.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) – Agradeço, Elisângela, pela tua fala. Eu até me perdi, que deixei você se estendendo, fui me distraíndo aqui na tua conversa. Aí o pessoal, "já estamos no horário". Mas foi tão gostoso ouvir você dizer da experiência que vocês têm na instituição, no Filhos do Reino. E a gente acabou se alongando justamente porque é importante ver essas experiências que vêm dando certo.

E, realmente há distorção entre o que é colaborar e o que é ter a responsabilidade. A gente falava isso com a Katarina. Eu vou passar mais uma vez a palavra para a Katerina.

A SRA. LUCIANE LIMA COSTA E SILVA PINTO - Eu posso só antes fazer uma questão de ordem bem pontual? Naquela lista, naquela relação que a senhora fez das entidades e dos órgãos aqui presentes, que a gente pudesse colocar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, porque muito do trabalho infantil acontece no campo. Então, eles têm que estar junto com a gente.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Incluímos aqui agora. Obrigada. Katerina, pode...? Sim.

A SRA. KATERINA VOLCOV - Bom, eu fui anotando todas as falas que as pessoas trouxeram para apontar algumas questões.

Então, de fato, o que a Fabiane trouxe em relação ao dado que o CadÚnico apresenta e o dado que apresenta no Estado tem essa disparidade, isso não é algo que só é circunscrito aqui à Rondônia. Isso acontece em vários outros lugares.

E aí eu quero comentar uma experiência bem interessante que está sendo produzida, inclusive, pelo TRT da 8ª região, Pará e Amapá, que estão fazendo uma pesquisa junto às escolas. E nas escolas, por meio de questionários nas escolas, em Ananindeua, Parauapebas e outros municípios, se conseguiu, com os estudantes de 5º e 9º ano, saber quem trabalhava e quem não trabalhava, porque aí os estudantes relataram.

Se eles faziam trabalhos de cuidado, se eles eram babás de crianças menores, se eles iam para a colheita do açaí; se eles trabalhavam em oficina mecânica, se eles trabalhavam em serraria, se eles trabalhavam no agro, na pecuária; quantas horas; se eles recebiam dinheiro ou se era para subsistência.

Tem que estar com a Secretaria de Educação. Aqui não tem ninguém da Educação, não é? A Educação é fundamental dentro dessa comissão. E aí saberíamos um número mais concreto dentro do município.

Quantas crianças têm em Porto Velho? Quantas crianças têm em... Como é o nome da cidade? Em São Francisco do Guaporé? Quantas crianças têm em... Como é a cidade onde você começou a trabalhar? Cacoal. Sabe? Pelas escolas a gente conseguiria fazer esse levantamento.

Mas, não significa que a gente não possa, enquanto servidores da assistência, da saúde, e os próprios auditores fiscais do trabalho, ter também métodos, criar metodologias para ter um número concreto; porque o dado do IBGE ele é muito - eu vou dizer assim -, muito genérico. A gente não consegue chegar dentro do município.

Tanto é que nós incidimos, enquanto Fórum Nacional, e aí, trazendo mais para a conversa, junto com a Rai, que cuida do AEPETI, a gente incidiu muito, enquanto Fórum Nacional, para que as AEPETI voltassem, porque era uma demanda que os fóruns estaduais vinham dizendo que os municípios cobravam: "Aí, a gente precisa do recurso da AEPETI para fazer ação."

Então, falamos na imprensa, a gente mandou ofícios para os Ministérios, a gente falou isso em audiência pública, lá no Congresso Nacional. Todas as formas que você possa

imaginar. A gente fez audiência pública, ofício para o Ministério, reunião com o Ministro.

Incidu imensamente até que eles criaram um modo de conseguir achar quais eram os municípios que poderiam acessar o recurso. Porque muitos municípios não utilizaram o recurso anterior, da gestão anterior; que é um problema que a Fabiane mencionou. Que o município é elegido, mas ele não adere. E ele não adere por quê? Por questões políticas, muitas vezes. "Porque eu vou estar recebendo dinheiro do governo federal, e eu não sou do mesmo partido do governo federal"; ou do grupo de partidos; porque, vamos pensar, o governo federal é um governo de coalizão, ele não é só um governo PT; ele tem uma série de partidos juntos. Então, tem questões políticas envolvidas.

Foi mencionada essa questão de resistência estrutural, que a Fabiane estava dizendo. Então, muito disso são questões políticas, que envolvem o município, o Estado e a União em relação às suas diferenças.

A agropecuária, realmente, é uma das piores formas de trabalho infantil, e, abaixo dos 18 anos, nenhuma atividade listada na Lista TIP (Lista das Piores Formas de trabalho Infantil), que são mais de 90, que vocês já conhecem, muitas e muitos de vocês já conhecem, são terminantemente proibidas. E a pecuária é uma delas. E aqui, em Rondônia, a gente tem 18 milhões de cabeças de gado. Eu pesquisei. Tem mais gado do que gente.

É uma preocupação grande do Estado com o bem-estar animal. Mas a gente tem que cuidar do bem-estar das crianças e dos adolescentes aqui do Estado. E aí a gente percebe, como todo mundo notou, a ausência de determinadas Secretarias aqui na Audiência Pública.

De fato, a gente vai ter que fazer um trabalho de formiga. Eu costumo dizer isso, que a gente tem que fazer um trabalho de formiga de desnaturalizar e de trazer novos conceitos. A gente vai para os interiores, pega barco, rabeta, voadeira. Muita gente resistente. Acha que porque eu trabalhei com 12, eu não morri, meu filho tem que trabalhar e ficar com o calo na mão. E a história não pode ser reproduzida.

Até um tempo atrás, as crianças casavam. Aliás, as crianças ainda casam nos dias de hoje. E esse Estado é um dos Estados em que as crianças casam muito. Isso não pode mais acontecer. Até um tempo atrás, as mulheres não podiam se divorciar. Hoje, elas se divorciam. Cem anos atrás, as mulheres não podiam votar. Hoje, nós temos uma deputada aqui presidindo uma Sessão.

Então, o trabalho infantil pode ter existido "x" séculos, mas ele não pode ser mais naturalizado. É só na década de 1970 que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vai dizer que vai ter uma idade mínima para o trabalho. O capitalismo já estava funcionando faz tempo. Aí a OIT disse que realmente as crianças não podem trabalhar, na década de 1970. O capitalismo tem as suas crueldades, mas a gente não vai falar de sociologia aqui.

Em relação ao Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, de fato, o Fórum ficou um pouco desarticulado por conta da pandemia. Pessoas faleceram, pessoas ficaram doentes na coordenação do Fórum

Estadual. A gente vem, enquanto Fórum Nacional, a gente vem a reestruturação desses fóruns estaduais mais desarticulados.

E, nesse sentido, foi muito bom contar com o apoio do Juscelino para fazer esse levante ao Fórum Estadual, tanto é que a gente vai fazer a reunião amanhã, e eu fico muito contente de que esse fórum está andando.

Então, todas as instituições aqui presentes que tenham interesse em compor, em fortalecer, para levar essa pauta adiante, seja via universidade, organização da sociedade civil, setor público, participe, porque o Fórum é a instância onde se articulam soluções para a prevenção e erradicação do trabalho infantil.

As Secretarias são superimportantes participarem, as universidades, a sociedade civil, e eu coloco isso muito presente, porque a gente tem, em termos de CONAETI, que é a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, que é coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em nível nacional, e nós, Fórum Nacional, fazemos parte, somos membros atuantes, a gente não é membro só de papel e que não aparece, não. Tenho provas de que todas as reuniões a gente trabalhou e incidu e tudo mais.

Lá, pela CONAETI, a gente criou uma série de fluxos de atendimento a vítimas de trabalho infantil. Esses fluxos estão na internet, na página da CONAETI. Já temos o Fluxo Nacional de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Trabalho Infantil com o Explorador Identificável. Recentemente, agora, no 18 de maio, foi lançado o Fluxo Nacional de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual. Também está on-line.

E há duas resoluções da CONAETI que podem inspirar a criação da Comissão Estadual, que é a resolução da SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho), do Ministério do Trabalho e Emprego, nº 2, que homologa o Regimento Interno. Nesse Regimento Interno, tem uma série de funções que a CONAETI se presta a fazer, como, por exemplo, a elaboração do plano - no caso da CONAETI, o plano nacional -, que vai ser lançado esse mês também.

Depois, desde 2023, a gente está trabalhando nisso, enquanto CONAETI, enquanto toda a membresia. Alguns mais, é óbvio. O Fórum Nacional foi um dos que trabalhou bastante na elaboração desse plano. Conseguimos fazer, inclusive, que os fóruns estaduais pudessem ser ouvidos para a elaboração desse plano. E ele vai ser lançado e vai poder inspirar a criação do plano de vocês, mas tem a estrutura da comissão. Então, vocês podem se inspirar. Agora, e a gente, enquanto Fórum Nacional, incidu muito para colocar sociedade civil e universidades dentro dessa comissão, da Resolução que sugere a criação das comissões estaduais. Então, quando vocês aqui no Estado forem criar a comissão, é fundamental que a sociedade civil, o conselho e as universidades estejam presentes.

Por fim, deixa eu ver aqui. Eu queria mencionar a questão do trabalho infantil travestido de trabalho voluntário, que realmente é um problema. Isso aconteceu recentemente no Estado do Mato Grosso do Sul, que uma prefeitura fez isso.

Teve dois casos no Mato Grosso, e aí eu vou ter que me

estender, porque eu estou dando resposta para cada uma dessas pessoas que participaram. E foi um absurdo, porque o que eles fizeram? O prefeito, não me lembro qual município foi, ia ter show da Ana Castela. Vocês conhecem a Ana Castela, certo?

A Ana Castela ia fazer um show e ele resolveu fazer uma gincana em que a criança que coletasse mais papelão ia conseguir tirar uma foto no camarim da Ana Castela. E a menina coletou, se não me engano, três toneladas junto com a família, o carro da família pegou fogo, mas ela tirou a foto com a Ana Castela. Vocês têm noção que é absurdo que um prefeito faça uma gincana dessa? Esse foi um caso.

Em um outro município, do mesmo Estado, fizeram, uma ONG (Organização Não Governamental), não sei, tipo de escoteiros, algo assim, resolveu limpar um terreno baldio e chamou adolescentes que estavam ali para fazer um trabalho voluntário. Mas um lixão, um terreno baldio, ele é um local perigoso. Tem escorpião, têm objetos pontiagudos, tem elementos que podem causar agravos à saúde.

Você não pode chamar crianças e adolescentes para fazer trabalho voluntário de limpeza de um terreno baldio. Você pode chamar essas crianças e adolescentes para plantar semente e fazer uma horta comunitária naquele lugar, depois que alguma criatura ou serviço de limpeza pública foi lá e fez o trabalho.

Mas o que essa ONG disse? "Ah, mas é um trabalho voluntário para ensinar responsabilidade." "Não, isso é trabalho infantil. Isso está equivocado." E a gente, enquanto Fórum Nacional, se posicionou em relação a isso. Está nas nossas redes sociais.

Então, esse exemplo de voluntário... Olha, não. Não. "Voluntário, você quer plantar semente, vamos plantar uma horta, vamos fazer uma coisa, plantar alface aqui..." Todo mundo com tempo e hora, uma coisa limitada, é aprendizado, vai ter um professor de biologia explicando o ciclo da planta, o que quer que seja, é uma história. Limpar um terreno baldio com produto químico, hospitalar, rato, barata, pernillongo, sujeira, cocô, não dá. Mas a gente tem esses casos.

E o mais curioso é que essas pessoas acham que elas têm razão, elas acham que estão "abafando". A menina que coletou três toneladas de papelão achou que estava... É um absurdo. É um absurdo. Então, de fato, é uma problemática isso, mas acho que vocês têm que ficar atentos e saberem o conceito do que é trabalho voluntário e o que é trabalho infantil.

Em relação às campanhas. Ah, foi falado sobre a primeira infância. É muito importante realmente as políticas ou incentivos à primeira infância. Só que é o seguinte, a criança tem, a primeira infância vai até os seis anos incompletos, até os sete anos incompletos, algo assim. Ok, eu dei comida para ela até os sete anos, tudo bacana, nossa, o máximo de desenvolvimento para essa primeira infância.

Só que a gente tem que lembrar, e aí vou falar como cientista, porque eu também estudei um pouquinho. Na adolescência acontece um fenômeno muito importante no

cérebro adolescente, que é uma profusão de neurônios e novas sinapses.

É nesse momento da adolescência que começa a ter o desenvolvimento dessa parte que é relacionada ao lobo occipital, enfim, ao córtex frontal, que é responsável pela parte executora, de planejamento, de sensibilidade, de pensamento abstrato.

Eu preciso ter uma alimentação adequada na fase da adolescência porque eu tenho um momento de apoptose celular, morte de neurônios que não estão servindo mais e uma profusão de novos neurônios. Nessa perspectiva, se eu estou produzindo uma série de neurônios novos para aprendizagem, para me relacionar no mundo, para entender o pensamento abstrato, é óbvio que vou precisar ter alimentação adequada.

Então, se eu ganho R\$ 150,00, aquela família ganha R\$ 150,00 até os seis anos, aquele menino, pensando em Bolsa Família, R\$ 150,00 até os seis anos. Aí, com 12, ele só ganha R\$ 50,00. Cem reais fazem diferença no meu arroz e feijão, porque eu estou em fase de desenvolvimento. Até porque um adolescente come muito mais. Quem tem filho adolescente sabe muito bem o que eu estou falando. Mas, eu não estou falando só pela coisa da alimentação, estou falando da questão prática. A não ser que a gente queira criar uma massa de pessoas fisicamente adequadas até uma determinada idade, para ser uma massa de mão de obra barata, sem conhecimento, sem capacidade neurológica e funcional no futuro, na vida adulta.

Então, precisamos de políticas para adolescentes, para as crianças acima de sete anos também. A gente não pode esquecer dessa faixa etária. Eu já falei isso, inclusive em seminários, em audiência pública. Primeira infância é importante? Fantástico. Ótimo. A gente precisa que as crianças possam se desenvolver plenamente.

Mas eu preciso, por conta do desenvolvimento biopsicossocial dessa criança acima de 7 anos, de uma alimentação adequada. Eu preciso de recursos. Eu preciso de comida no prato.

Vocês podem assistir à minha palestra sobre esse assunto, realizada no Seminário Trabalho Decente, que aconteceu no Tribunal Superior do Trabalho, em 2024, onde eu falo sobre isso.

E, por fim, as campanhas sobre e contra o trabalho infantil são fundamentais. Elas precisam acontecer não somente no dia 12, mas ao longo de todo o ano.

A Secretaria de Educação pode inserir em seu currículo escolar, não apenas o tema do 18 de maio, mas todos os direitos da criança e do adolescente, de forma transversal em seus conteúdos. É uma questão de incidência dos professores, da educação e dos setores aqui reunidos para colocar essa pauta dentro dos currículos escolares.

Agora, campanha é fundamental. E que ela não deve acontecer somente no dia 12. Ela pode acontecer em 13 de julho e ao longo de todo o ano, por meio de uma série de manifestações criativas que os professores e as professoras podem ter em suas horas trabalhadas de planejamento e pensarem a respeito disso. E assim como, os técnicos das AEPETIs pensarem nessas estratégias de onde e como, dentro do município, essas situações

acontecem.

E eu não poderia esquecer de dizer uma coisa: é muito importante a formação que a Secretaria está fazendo, mas o mais importante, em termos de treinamento, é fazer concurso público para que não tenhamos alta rotatividade de técnicos, porque esse é o grande problema.

Faço treinamento ad infinitum. Por quê? Porque todo mês eu mudo de técnico. E aí não se vence. Todo mês eu tenho que fazer treinamento porque o técnico mudou e ele não sabe o que é trabalho infantil. Se eu tiver concurso público e um servidor dedicado àquilo, não vai ter esse troca-troca que vive acontecendo não só aqui em Rondônia, como em vários lugares do País.

E eu acho que falei sobre todos os pontos pontuados aí pela assistência maravilhosa de vocês. E conto que vocês estejam participando do FEPETI (Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil) Rondônia, junto com o Juscelino.

O SR. JUSCELINO JOSÉ DURGO DOS SANTOS - Deputada, permita-me apenas agregar mais uma informação, que é importante.

A Katerina trouxe a questão em um nível mais amplo, nacional. No nível estadual, é importante que essa questão, a gente até teve uma audiência pública no Ministério Público do Trabalho em que discutimos a questão do voluntariado, mas não sob a perspectiva do trabalho infantil. Isso é novidade para mim.

A pessoa que trouxe essa questão, acredito que foi a professora Luciane, não é? Depois vou precisar conversar com a senhora mais amiúde para levantarmos essa situação. Porque o trabalho voluntário adulto nós já estamos combatendo.

No ano passado, inclusive, realizamos uma autuação junto a um ente público. Havia quase 850 trabalhadores voluntários de forma irregular.

E nós vamos estar atuando, com certeza, também para combater o trabalho infantil voluntariado. Isso não faz sentido.

A SRA. LUCIANE LIMA COSTA E SILVA PINTO – Só para esclarecer, nesse caso eu até fiz um adendo de que se tratava de trabalho de adolescentes, a partir dos 16 anos.

O SR. JUSCELINO JOSÉ DURGO DOS SANTOS – Ok. Depois conversaremos mais amiúde.

E, só para finalizar, nós convidamos a Seduc para estar aqui também presente, porque sabemos que a educação é a base de tudo. Temos essa consciência. Infelizmente, nós ligamos, encaminhamos e-mail e, infelizmente, também não se fez presente.

Já tem tempo, inclusive, que tento fazer algumas campanhas junto ao Governo do Estado e não tenho obtido sucesso.

Existe uma campanha promovida pelo Ministério do Trabalho chamada CAMPAT, Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Relacionadas ao Trabalho. Inclusive, o tema deste ano discute a questão dos riscos psicossociais, que está bem

em voga. Muito forte.

E discutimos a possibilidade de as escolas estaduais abrirem espaço para que possamos fazer a inclusão do quase letramento. Assim como existe o letramento racial, que fica incutindo na mente das pessoas e normalizando as questões de discriminação, o letramento forma cultura. Da mesma forma, precisaremos realizar campanhas para que esse letramento mude. Por que as pessoas consideram, naturalmente, que trabalhar para crianças, independentemente de a atividade vai causar algum agravo para aquela criança ou, é pertinente? Por causa do letramento. As pessoas já são incutidas, como a professora colocou, já nascem com as pessoas dizendo que isso é normal, que tem que trabalhar mesmo. Não colaborar. É diferente colaborar. Mas trabalhar mesmo. E normaliza.

Então, nós precisamos mudar o letramento. São as campanhas que são importantes a gente fazer, para a gente mudar essa realidade.

Era isso. Obrigado.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Agradeço mais uma vez, Juscelino.

Acho que a questão é levarmos a informação. Nossa questão ainda é muito cultural. Leva tempo, mas vamos conseguir avançar. Por isso este debate é tão importante. Eu estava observando aqui que nos estendemos um pouco além do horário. Não sei se alguém ainda gostaria de fazer mais alguma colocação.

Senão, eu já iria partir aos encaminhamentos, porque a Casa, acredito, deva ter outras obrigações aqui. Mas dizer que eu passaria a tarde toda aqui, ainda a gente dialogando, conversando. Sempre é muito bom até mais ouvir do que falar.

E fico muito feliz e agradeço a cada um de vocês pela contribuição que aqui nos deram. Tenho certeza que se nós tivéssemos mais tempo aqui, muito mais ainda poderíamos extrair, para que esses encaminhamentos pudessem ser avançados ainda mais.

Foi citada aqui também a inclusão da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), acho que é importante, dentro da comissão. Inclusive, nosso Superintendente já é muito ágil, já até começou a dialogar, a articular junto à OAB. Então, vamos incluí-la, se tivermos todos de acordo, a OAB nessa comissão.

E, no mais, a Superintendente sugeriu também que aguardássemos os encaminhamentos do Fórum amanhã também, para que a gente se juntasse e, a partir disso, a comissão já pudesse fazer os encaminhamentos do Fórum.

Então, a gente vai estar aqui já... Tem os encaminhamentos para a gente já passar aqui no final? Pedir para passar ali, porque toda hora estou escrevendo, mas ficou um rascunho só aqui.

Então, a comissão ficou, como já anteriormente falado, a gente já vai só acrescentar aqui ao OAB, já vou deixar aqui na mão da nossa Superintendente. E, como sugestão, não sei se todos estão de acordo, que a nossa Superintendente pudesse ser a presidente da comissão. O

que você acha, minha Superintendente?

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - Sim. Como suplente, o meu colega chefe da fiscalização, Juscelino.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Aí, Juscelino. Já está na missão. E eu vou fazer o inverso, Juscelino. Eu vou colocar o Doutor Anderson, que é advogado, que faz parte da Comissão a qual presido, que é a Comissão da Criança e do Adolescente, da Mulher e do Idoso também. Vou parar só na criança e do adolescente. Também vou colocá-lo como parte da comissão. Eu sou a sua suplente, está bem? Combinado?

Nós estamos entrando em um ano um pouco complexo, devido a um ano eleitoral, então, ficar participando ativamente na comissão agora, até mesmo pela questão eleitoral, acredito que eu nem poderia. Mas o Anderson, você vai estar lá representando a nossa Comissão. Tenho certeza que vai poder contribuir muito com o seu conhecimento também. E, depois, vamos fazer os encaminhamentos para cada órgão que eles possam encaminhar os seus os seus participantes.

E saímos daqui com os encaminhamentos que a Doutora Katerina até falou, mas a questão da falta do reembolso por parte do governo federal, a questão do trabalho voluntário nas escolas, que a comissão precisa fazer esses levantamentos. Espero que não seja do meu município. Meu Deus! Espero que não seja de lá. Eu não tenho acesso à administração, nós não somos aliados do mesmo partido, acaba que eu não tenho, então não sei te dizer. Espero que não seja, que não partiu de quando eu era prefeita essa questão. A gente tinha o trabalho voluntariado, mas era para, já era para os adultos, não envolvia adolescente.

O plano efetivo, após a criação da comissão. Que a gente possa elaborar o plano efetivo e, realmente, com que a gente possa dar os encaminhamentos necessários. Gostei muito também da questão do diagnóstico, que a comissão precisa fazer esse levantamento do diagnóstico. A gente ouviu muitos dados e até mesmo pela minha experiência, que já tive anteriormente como prefeita, para que a gente possa fazer o levantamento desse diagnóstico, como está sendo feito, realmente, se está de forma correta.

A questão de trabalhar a responsabilidade social das crianças, que já foi falado aqui também, pela instituição. A campanha de mídia acho que é muito importante. Acho que há muita, ainda, falta de informação, e a gente levar o conhecimento. E não tem hoje como não ser através de mídias. E hoje as mídias não precisam mais ser aquelas mídias caras. Eu lembro que, na época, acho que a prefeitura pagou R\$ 100 mil para fazer as propagandas em televisão sobre o trabalho infantil, a erradicação do trabalho infantil.

E hoje nós temos formas fáceis de fazer essa divulgação através das redes sociais. E aqui nós temos quantas pessoas que podem estar nos ajudando, quantos órgãos e entidades envolvidas para a gente ajudar essa campanha. A Assembleia, inclusive, acho que pode contribuir com essa questão de elaboração de material, junto a alguns que

nós já temos aqui, que a Doutora Katerina já até passou a página para a gente, que a gente pode aproveitar disso para gente fazer esses levantamentos de campanhas de mídias.

Mais algum apontamento que eu não anotei aqui? Caroline, algum?

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - Isso, se alguém tiver, Juscelino, tiver alguma fala para compor agora, ou Carol, e se tem um grupo de WhatsApp para que lembrem da reunião amanhã, é muito importante a presença de todos e todas.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Qual o horário da reunião?

O SR. JUSCELINO JOSÉ DURGO DOS SANTOS - O mesmo Ofício que eu encaminhei o convite para participar da reunião de hoje, na verdade, da audiência de hoje, eu já informei da reunião do Fórum amanhã, à tarde, às 14h30, no auditório do Sinpospetron (Sindicato dos Empregados em Postos de Combustíveis em Rondônia). Eu sei que algumas entidades aqui presentes certamente não receberam o ofício. Estão convidadas também, podem participar amanhã.

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - Já tenho aqui, Juscelino.

O SR. JUSCELINO JOSÉ DURGO DOS SANTOS - Por favor, estou sem meu celular aqui agora.

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - Tá, só um pouquinho.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) - Aproveitando esse momento, para também falar aqui dos encaminhamentos, a articulação junto ao Governo do Estado para fazer a composição.

Acredito que a gente vai conseguir, após essa audiência, Juscelino, eu acredito que a gente consiga sim, o governo é sempre muito acessível ao nosso gabinete. Nós vamos conseguir fazer esses alinhamentos junto ao governo para que a gente possa tê-lo junto à Mesa, mas vou colocar como encaminhamento também a articulação junto às Secretarias governamentais.

Leis também que garantam a erradicação do trabalho infantil. A gente, creio que tenham muitas, mas a gente precisa fazer a divulgação por parte da Comissão, estar ali atentos à divulgação dessas leis que garantam.

E a temática de compor no currículo escolar o assunto relacionado à erradicação do trabalho infantil, que eu acredito que a gente possa incluir essas palestras junto às escolas, para a gente poder levar essa informação.

A SRA. TEREZA JANETE CÓRDOVA SANTOS - O endereço do auditório do Sinpospetron: Rua Jaci-Paraná, 3616, Nova Porto Velho. Em frente à Associação da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

E também lembrando que a maioria das reuniões de todos os nossos projetos, a gente pretende, a partir da reinauguração da nossa sede, da Rua Guanabara, 3480, nós estaremos levando essas reuniões para serem realizadas na nossa casa: na Superintendência, que é o nosso cantinho de acolhimento de todos esses projetos e de toda a sociedade.

O SR. JUSCELINO JOSÉ DURGO DOS SANTOS - Apenas para tranquilizar os que estão participando de forma virtual, eu vou criar o link, ainda hoje, e vou encaminhar nos grupos para que vocês possam participar virtualmente amanhã na reunião.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Presidente) – Agradecer à Equipe de Taquigrafia que está ali atenta a todos os nossos diálogos. Logo em seguida vai ser feita a Ata dessa Audiência Pública e vai ser encaminhada ao contato que vocês disponibilizaram, os e-mails, para a gente finalizar essa audiência.

E, no mais, eu quero externar mais uma vez a grata satisfação de abrir as portas aqui desta Casa de Leis para que vocês pudessem estar aqui debatendo esse assunto tão importante. Eu, ainda como Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente, fico muito feliz, Katerina, mais uma vez, seja muito bem-vinda ao nosso Estado de Rondônia. Seja sempre muito bem-vinda. Contribuição da Caroline. Vamos conversar muito, Caroline.

Quero, junto contigo, você também é do interior, para levarmos junto às Secretarias municipais, que a gente possa fazer esse trabalho em conjunto, que é uma forma de a gente contribuir. Eu acho que precisa muito fazer essa divulgação. Parabéns pelo trabalho.

Da mesma forma, agradecer mais uma vez ao Juscelino, que estava muito ansioso por esta audiência. Eu acho que ele nem dormiu, nem foi por tanta correria, de tanta ansiedade. E eu fico feliz com essa empolgação toda, com esse ânimo. Então, parabéns pela sua disponibilidade de estar aqui contribuindo com o nosso Estado de Rondônia. Cuidar do futuro do nosso país, que são as nossas crianças, pelo seu comprometimento.

Da mesma forma, a Superintendente do Ministério da Saúde aqui, representada em Rondônia, muito obrigada. Mais uma vez, a Sabina, a jovem juíza que já deixa a sua contribuição, o seu legado aqui para o nosso Estado de Rondônia, muito simpática. Parabéns pelo trabalho de, junto à Escola Judiciária, fazer esse trabalho com a gente, nessa manhã.

Agradecer mais uma vez a vocês que estão aqui nessa manhã conversando, dialogando com a gente. Que a gente possa ainda mais fortalecer a proteção das nossas crianças, dos nossos adolescentes, que a gente possa ter adultos mais conscientes, responsáveis e que a gente possa, juntos, fazer um Estado melhor, um município melhor, um país melhor.

E eu tenho certeza que conseguiremos, assim como a nossa Superintendente aqui, que fez toda a articulação para a gente estar juntos, nos procurou no gabinete, lembrando, falando; "Olha, mês de junho, dia 12, temos

o Dia Mundial de Erradicação do Trabalho Infantil, vamos querer ser parceiros para que a gente faça um trabalho em conjunto". E aí, felizmente, no momento, a gente queria ter feito antes, mas, felizmente, caiu justamente no mês que era o desejado.

Então, mais uma vez, agradecer a presença de todos.

E, invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e dos convidados, declaro encerrada a presente solenidade e desejo um excelente dia a todos nós e que nós possamos proteger todas as nossas crianças. Um grande abraço.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 13 horas e 08 minutos)**

### SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1152/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

**O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

#### NOMEAR

**ADRIANE DO CARMO DA MOTA DA SILVA**, para exercer o Cargo de Provisório em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, no Gabinete do Secretário de Comunicação Social, a contar de 18 de junho de 2026.

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0816393

ATO Nº 1151/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

**O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

#### NOMEAR

**MARIA DE FATIMA BOFF**, para exercer o Cargo de

Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-20, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 18 de junho de 2026.

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral ALE/RO  
SEI nº 0816098

ERRATA Nº 0816129/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 100, publicado no dia 01 de junho de 2026, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº921/2026-SEC-RH/ASTEC/ALERO, que nomeou o servidor **FELIPE DE OLIVEIRA FELIX**, conforme o Memorando nº 0810599/2026/PRESIDENCIA/ASSTEC/ALERO.

**ONDE SE LÊ:**

Assessor Técnico, código AT-25.

**LEIA-SE:**

Assessor Parlamentar, código AP-25.

Porto Velho-RO, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral ALE/RO  
SEI nº 0816129

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

ATO DE REMANEJAMENTO Nº 40/2026/SEC-PAN/ALERO

Promove alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O **Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com fundamento no § 1º do art. 7º e no art. 8º da Lei n.º 6.324, de 22 de janeiro de 2026 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026,

**RESOLVE:**

Art. 1º Promover alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores a seguir especificados.

**BASE LEGAL:**

- ( ) Ajuste de QDD – art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).  
(X) Alteração de dotação orçamentária – art. 8º, I, da Lei nº 6.324/2026 c/c art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/1964 (incide no limite de 20%).  
( ) Despesa com pessoal – art. 8º, II, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).

**PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**REDUÇÃO DE DOTAÇÃO**

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.3.90.39	15000	177.000,00
		<b>TOTAL</b>		<b>177.000,00</b>

## ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.128.1006.2408	DESENVOLVER O PROGRAMA BOLSA ESTÁGIO	3.3.90.39	15000	177.000,00
		<b>TOTAL</b>		<b>177.000,00</b>

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos administrativos internos a partir dessa data, e efeitos externos a partir de sua publicação, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato será registrada no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.324/2026.

**ROGÉRIO GAGO DA SILVA**  
Secretário Geral - ALE/RO

**SECRETARIA DE FINANÇAS**

ATO DE DIÁRIA Nº 0814393/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 06 (Seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Pimenta Bueno-RO / Cacoal-RO no período de 16/06/2026 a 21/06/2026, com a finalidade de Realização de visitas técnicas e participação de reuniões, junto à autoridades de cada Município. Obtenção de informações estratégicas para o desenvolvimento de políticas públicas de cada Cidade visitada. O assessoramento técnico prestado nas referidas cidades, com isso irá permitir maior proximidade com a realidade dos municípios, conforme processo nº 100.008.000047/2026-95.

Nome	Cargo	Lotação
ELEAZAR NOGUEIRA	ASSESSOR TÉCNICO	GABINETE 4ª SECRETARIA

Porto Velho, 17 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0814989/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (05) cinco diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji-Paraná-RO / Porto Velho-RO no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, com a finalidade de Ministrará o Curso de Redação para o ENEM no município de Ji-Paraná - RO. Capacitar a população para desenvolverem habilidades de escrita em texto dissertativo -argumentativo, essenciais para a redação do ENEM, aprimorando a capacidade de organizar ideias, construir argumentos sólidos e respeitar a norma culta da língua portuguesa. O Curso visa preparar os participantes para

atender aos critérios de avaliação do exame, conforme processo nº 200.185.000094/2026-32.

Nome	Cargo	Lotação
MÁRCIO VIEIRA DO CARMO	ASSESSOR DE DIREÇÃO	DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Porto Velho, 17 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0814990/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (05) cinco diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji-Paraná-RO / Porto Velho-RO no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, com a finalidade de assessorar o instrutor, no município de Ji-Paraná - RO. Com o apoio do servidor, o instrutor poderá ministrar o curso de Redação para o ENEM com mais qualidade e organização. Será responsável por atividades fundamentais, como o controle de frequência, por meio do recolhimento das assinaturas dos participantes, apoio aos alunos, organização dos materiais e suporte à dinâmica das aulas. Também atuará na cobertura do curso, realizando registros audiovisuais, colaborando com a divulgação institucional e nas tratativas com os participantes, fortalecendo a imagem da instituição, conforme processo nº 200.185.000094/2026-32.

Nome	Cargo	Lotação
FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	ASSESSOR DE DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DE ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERENCIA

Porto Velho, 17 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0814992/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (05) cinco diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji-Paraná-RO / Vale do Paraíso / Porto Velho-RO no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, com a finalidade de conduzir o veículo, levando os servidores da escola do legislativo que irão ministrar o curso de redação para o ENEM no Município de Ji-Paraná -RO. Capacitar a população para desenvolverem habilidades de escrita em texto dissertativo -argumentativo, essenciais para a redação do ENEM, aprimorando a capacidade de organizar ideias, construir argumentos sólidos e respeitar a norma culta da língua portuguesa. O Curso visa preparar os participantes para atender aos critérios de avaliação do exame, conforme processo nº 200.185.000094/2026-32.

Nome	Cargo	Lotação
MAYKON FELICIANO DOS REIS	SERVIDOR CÉDIDO ESTADUAL	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 17 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0815033/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (03) três diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Cacaulândia/ Vale Paraíso/ Porto Velho-RO no período de 22.06.2026 a 24.06.2026, com a finalidade de cumprimento de agenda institucional junto ao Gabinete Parlamentar, Secretaria Municipal e Câmara de Vereadores, visando o fortalecimento das ações de interesse público e o acompanhamento de demandas da população local. Durante a viagem, o servidor estará representando o Deputado em reuniões e encontros institucionais no interior do Estado, tratando de assuntos relacionados à destinação e acompanhamento de emendas parlamentares, apresentação de projetos, levantamento de demandas municipais e articulação de ações voltadas ao desenvolvimento regional, conforme processo nº 100.041.000205/2026-09.

Nome	Cargo	Lotação
ROBSON ALVES DE OLIVEIRA	Assessor Técnico	GABINETE DEPUTADO ALAN QUEIROZ

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0815162/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (02) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Cacoal-RO/Porto Velho-RO/Cacoal-RO, no período de 18.06.2026 a 19.06.2026, FINALIDADE de realizar a substituição da caminhonete oficial do gabinete, a qual já se encontra devidamente reparada, pela caminhonete reserva que vinha sendo utilizada durante o período de conserto. Ressalta-se que a referida substituição precisa ser realizada com a maior brevidade possível, a fim de restabelecer a utilização do veículo oficial, motivo este que justifica o presente deslocamento, conforme processo nº100.431.000253/2026-03.

Nome	Cargo	Lotação
Fagner de Oliveira Silva	ASSESSOR DE SEGURANCA	ASSESSORIA DE SEGURANCA

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0815226/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (03) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade PORTO VELHO-RO/PIMENTA BUENO-RO/JARU - RO/RIO CRESPO-RO/PORTO VELHO-RO, no período de 19.06.2026 a 21.06.2026, FINALIDADE de Representar o Deputado Marcelo Cruz, e realizar reuniões com os vereadores dos Municípios: PIMENTA BUENO-RO/JARU - RO/RIO CRESPO-RO, onde trataremos de assuntos de interesse de cada Cidade, bem como

possíveis recursos que serão destinados. Promover o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população nas áreas que os recursos serão destinados, conforme processo nº 100.581.000249/2026-13.

Nome	Cargo	Lotação
Vitor Hugo de Almeida	Chefe Gabinete Deputado	GAB. DEP. MARCELO CRUZ

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815254/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (03) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade PORTO VELHO-RO/PIMENTA BUENO-RO/JARU - RO/RIO CRESPO-RO/PORTO VELHO-RO, no período de 19.06.2026 a 21.06.2026, FINALIDADE de realizar visitas técnicas e participar de reuniões junto às autoridades locais de cada município. Responsável pela cobertura jornalística, produção de textos e matérias, registros fotográficos, apoio à imprensa local e publicação de conteúdo em tempo real, conforme processo nº 100.581.000249/2026-13.

Nome	Cargo	Lotação
Gustavo Alexandre Faria de Oliveira	Assessor Parlamentar	Gab. 4º Secretário

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815261/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (03) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade PORTO VELHO-RO/PIMENTA BUENO-RO/JARU - RO/RIO CRESPO-RO/PORTO VELHO-RO, no período de 19.06.2026 a 21.06.2026, FINALIDADE de Conduzir o Veículo e Assessorar o Chefe de Gabinete e participar de reuniões com os vereadores dos Municípios: PIMENTA BUENO-RO/JARU - RO/RIO CRESPO-RO, onde trataremos de assuntos de interesse de cada Cidade, bem como possíveis recursos que serão destinados. A viagem tem como objetivo fortalecer o diálogo entre o mandato parlamentar e as lideranças municipais, possibilitando a identificação de demandas prioritárias da população, conforme processo nº 100.581.000249/2026-13.

Nome	Cargo	Lotação
Edivania Gonçalves da Silva	ASSESSOR EXECUTIVO	GAB.PRESIDENCIA

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815172/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/ Alto Alegre dos Parecis/ Rolim de Moura/ Alta Floresta D'oeste/ Vale do Anari/ Porto Velho-RO, no período de 18.06.2026 a 21.06.2026, finalidade de acompanhar o Deputado Parlamentar Ezequiel Neiva, como motorista e segurança, no cumprimento da agenda aos municípios, conforme processo nº100.581.000230/2026-77.

Nome	Cargo	Lotação
Sinemar Luiz de Souza	Secretário Adjunto de Segurança	Secretaria de Segurança Institucional

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815373/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (cinco) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO / Vilhena - RO / Porto Velho-RO, no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, finalidade de ministrar curso de Saúde Mental no Trabalho: Prevenção do Burnout no município, conforme processo nº200.185.000116/2026-64.

Nome	Cargo	Lotação
Cynthia Cistina Zulian	Assistente Técnica Legislativa	Div. Tecnologia da Informação

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815393/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (cinco) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO / Vilhena - RO / Porto Velho-RO, no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, finalidade de assessorar a Instrutora, durante a realização do curso de Saúde Mental no Trabalho: Prevenção do Burnout no município, conforme processo nº200.185.000116/2026-64.

Nome	Cargo	Lotação
Prisciele Vieira de Lima	Diretor Administrativo	Diretoria Administrativa de Escola do Legislativo

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815416/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de

10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO / Vilhena - RO / Porto Velho-RO, no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, finalidade de conduzir os servidores da Escola do Legislativo, para o interesse público, tendo em vista sua responsabilidade na condução e transporte dos servidores que participarão do evento sobre saúde mental no contexto laboral. Sua atuação é essencial para garantir o deslocamento adequado dos participantes, contribuindo para a realização da capacitação e para o fortalecimento das ações institucionais voltadas à promoção da saúde, prevenção de riscos psicossociais e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho do serviço público, conforme processo nº 200.185.000116/2026-64.

Nome	Cargo	Lotação
Francisco Evandro da Silva	Assessor Especial	Departamento de Transporte

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815117/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre PORTO VELHO-RO / JI-PARANÁ - RO / OURO PRETO -RO / TEIXEIROPOLIS - RO / PORTO VELHO-RO, no período de 18.06.2026 a 20.06.2026 com a finalidade de Realização de visitas técnicas e participação de reuniões, junto à autoridades de cada Município. Obtenção de informações estratégicas para o desenvolvimento de políticas públicas de cada Cidade visitada. O assessoramento técnico prestado nas referidas cidades, com isso irá permitir maior proximidade com a realidade dos municípios, conforme processo nº 100.008.000048/2026-30.

Nome	Cargo	Lotação
ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO	ASSESSOR TECNICO	c4ª SECRETARIA

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815289/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 ( quatro ) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Extrema de RO/ Porto Velho-RO, no período de 17.06.2026 a 20.06.2026 com a finalidade de Participar de reuniões institucionais e agendas de trabalho no Distrito de Extrema, prestando assessoramento técnico e administrativo à Presidência, acompanhando o encaminhamento das demandas apresentadas e reunindo informações necessárias para subsidiar a atuação parlamentar e a tomada de decisões. Efetivação das ações legislativas, o fortalecimento do relacionamento interinstitucional e a promoção da transparência e da eficiência administrativa, atendendo ao interesse público, conforme processo nº 100.023.000174/2026-04.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------

INARA LEANDRO RIBEIRO	ASSESSORA TÉCNICA	GABINETE DA PRESIDÊNCIA
-----------------------	-------------------	-------------------------

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815320/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Extrema de RO/ Porto Velho-RO, no período de 17.06.2026 a 20.06.2026 com a finalidade de realizar agenda institucional no Distrito de Extrema, promovendo o relacionamento com autoridades locais, lideranças comunitárias e representantes de órgãos públicos, visando fortalecer a interlocução institucional e identificar demandas estratégicas da região. Efetivação das ações legislativas, o fortalecimento do relacionamento interinstitucional e a promoção da transparência e da eficiência administrativa, atendendo ao interesse público, conforme processo nº 100.023.000174/2026-04.

Nome	Cargo	Lotação
YEDA CUNHA SALES	SUBCHEFE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815341/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Extrema de RO/ Porto Velho-RO, no período de 17.06.2026 a 20.06.2026 com a finalidade de acompanhar as demandas locais passíveis de atendimento por meio de emendas parlamentares e outras ações legislativas, realizando levantamento de informações e articulação junto aos atores locais para subsidiar a destinação de recursos e projetos voltados ao desenvolvimento da região. Efetivação das ações legislativas, o fortalecimento do relacionamento interinstitucional e a promoção da transparência e da eficiência administrativa, atendendo ao interesse público, conforme processo nº 100.023.000174/2026-04.

Nome	Cargo	Lotação
GIOVANNA GVOZDANOVIC DA SILVA	ASSESSORA TÉCNICA	GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815359/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO/ Extrema de RO/ Porto Velho-RO, no período de 17.06.2026 a 19.06.2026 com a finalidade de Conduzir o veículo que irá transportar as servidoras e dar todo o suporte logístico para realizar agenda institucional no Distrito de Extrema, promovendo o relacionamento com autoridades locais, lideranças comunitárias e representantes de órgãos públicos, visando fortalecer a interlocução institucional e identificar demandas estratégicas da região, conforme processo nº 100.023.000174/2026-04.

Nome	Cargo	Lotação
LUCIANO FERREIRA DOS SANTOS	Diretor de Departamento	Departamento de Transporte

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815705/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (04) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Ji-Parana-RO/Ouro Preto-RO/Porto Velho-RO, no período de 18.06.2026 a 21.06.2026, FINALIDADE de representar o Deputado Estadual Laerte Gomes, em reuniões de lideranças e agentes políticos no município mencionado, que visam debater estratégias para o fortalecimento dos municípios, buscando fortalecer os municípios, assim dando celeridade para que a população receba os benefícios o mas breve possível, conforme processo nº100.064.000024/2026-14.

Nome	Cargo	Lotação
Cleiton Roque	Chefe Gabinete Deputado	GAB. DEP. JESUÍNO BOABAI

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815709/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (02) duas diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Vilhena-RO/ Cabxi-RO/Porto Velho-RO no período de 20.06.2026 A 21.06.2026, com a finalidade de ministrar e realizar palestra durante o 2º Encontro de Políticas Públicas para Mulheres – Mulher por Elas e Para Elas. Ministrar palestra Mulheres que Inspiram, Lideram e Transformam, conforme processo nº 100.057.000222/2026-69.

Nome	Cargo	Lotação
RUBIA LUZ DA SILVA	Assist. Tec. Legislativo	Gab. Do Diretor Geral da Escola do Legislativo

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815720/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições

legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (02) duas diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Vilhena-RO/ Cabxi-RO/Porto Velho-RO no período de 20.06.2026 A 21.06.2026, com a finalidade de Auxiliar na palestra do 2º Encontro de Políticas Públicas para Mulheres – Mulher por Elas e Para Elas. Acompanhar, representar e oferecer suporte técnico e gerencial a professora durante a palestra, será responsável por reconhecer formalmente a participação dos inscrites , além de desempenhar um papel fundamental no controle de frequência dos participantes, prestará apoio logístico em todas as etapas durante a palestra, colaborando com a organização geral, conforme processo nº 100.057.000222/2026-69.

Nome	Cargo	Lotação
FELIPE DETREGIACCHI UNGARELLI PIRES GASPAR	CHEFE DE DIVISÃO	DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815751/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder ( 02 ) duas diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Vilhena-RO/Cabxi-RO/Porto Velho-RO no período de 20.06.2026 A 21.06.2026, com a finalidade de conduzir veículo oficial, prestar apoio logístico e assessorar a equipe da Escola do Legislativo de Rondônia (ELE/RO) durante o deslocamento e a realização das atividades institucionais nos municípios de Vilhena e Cabixi, onde será promovido o 2º Encontro de Políticas Públicas para Mulheres – Mulher por Elas e Para Elas. O servidor atuará no suporte operacional e administrativo necessário ao desenvolvimento do evento, contribuindo para a organização, acompanhamento e execução das ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas destinadas às mulheres, conforme processo nº 100.057.000222/2026-69.

Nome	Cargo	Lotação
ROSIVALDO DA SILVA MOQUEDACE	ASSESSOR EXECUTIVO	GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815710/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (cinco) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO / Corumbiara - RO / Porto Velho-RO, no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, finalidade de ministrar Curso de Planejamento Financeiro pessoal: emoções, escolhas e propósitos, no município, conforme processo nº200.185.000136/2026-35.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------

Rubia Luz da Silva	Assistente Técnica Legislativa	Gab. Diretor Geral da Escola do Legislativo
--------------------	--------------------------------	---

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815714/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (cinco) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO / Corumbiara - RO / Porto Velho-RO, no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, finalidade de assessorar Curso de Planejamento Financeiro pessoal: emoções, escolhas e propósitos, no município, conforme processo nº 200.185.000136/2026-35.

Nome	Cargo	Lotação
Antônia Célia Constâncio Costa	Assessora de Direção	Gab. Diretor Geral da Escola do Legislativo

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815721/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO / Corumbiara - RO / Porto Velho-RO, no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, finalidade de conduzir veículo oficial para viabilizar o deslocamento e a participação de servidor(es) em curso de capacitação presencial focado em educação e planejamento financeiro. Conforme processo nº 200.185.000136/2026-35.

Nome	Cargo	Lotação
Mario Alves da Mata	Motorista	Divisão de Transporte

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815749/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade PORTO VELHO-RO / MONTE NEGRO - RO / SÃO FRANCISCO - RO / SERINGUEIRAS - RO / PORTO VELHO-RO, no período de

17.06.2026 a 20.06.2026, finalidade de realização de visitas técnicas e participação de reuniões, junto à autoridades de cada Município, conforme processo nº100.008.000049/2026-84.

Nome	Cargo	Lotação
Diego José de Souza Araújo	Assessor	4ª Secretária

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815770/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 02 (dois) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade CACOAL X NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE X CACOAL, no período de 22.06.2026 a 26.06.2026, finalidade de representar o Deputado Cirone Deiró, em agendas institucionais no município. Conforme processo nº100.044.000167/2026-56.

Nome	Cargo	Lotação
Andre Mauricio Barbosa Gois	Assessor Técnico	Gab Dep Cirone Deiró

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815860/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder ( 05 ) cinco diárias aos servidores abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/ Vilhena/Cerejeiras/Porto Velho no período de 23.06.2026 a 27.06.2026, com a finalidade de Vistoria técnica nos gabinetes parlamentares localizados nos municípios de Vilhena e Cerejeiras, atendendo solicitação parlamentar com objetivo verificar as condições de segurança das instalações, identificar eventuais vulnerabilidades estruturais e operacionais, bem como avaliar a necessidade de implementação de medidas preventivas e corretivas destinadas à proteção do patrimônio público, dos servidores e dos cidadãos que utilizam os referidos espaços. Bem como em conformidade com a Resolução nº 544/2023, que institui a Política de Segurança Institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em observância às normas complementares contidas nas Resoluções nº 545/2023 e nº 546/2023, conforme processo nº 100.214.000044/2026-16.

Nome	Cargo	Lotação
DEIVSSON SOUZA BISPO	SEC DE SEGURANCA INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE SEGURANCA INSTITUCIONAL
ERIQUE RODRIGUES MARQUES	SUPERINTENDENTE DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	SECRETARIA DE SEGURANCA INSTITUCIONAL
SINEMAR LUIZ DE SOUZA	SEC ADJTO DE SEGURANCA INSTITUCIONAL	SECRETARIA DE SEGURANCA INSTITUCIONAL
LUCIANO NUNES MACEDO	ASSESSOR DE SEGURANCA	SECRETARIA DE SEGURANCA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0815745/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (Cinco)diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Presidente Médici-RO no período de 22/06/2026 a 26/06/2026, com a finalidade de Ministrando o curso de Secretariado no município de Presidente Médici - RO. Desenvolver competências essenciais para o exercício profissional do secretariado, promovendo uma atuação ética e eficiente alinhada às demandas organizacionais. Abrange aspectos de ética profissional, regulamentação, postura e relações interpessoais; aprimora habilidades de comunicação, atendimento ao público e administração do tempo; capacita para a execução das funções básicas do secretariado, como organização da rotina, gestão de agendas, realização de reuniões, elaboração de documentos e planejamento de viagens; e incorpora ferramentas de coaching, como SWOT, Roda da Competência, Tríade do Tempo e Modelo GROW, visando fortalecer o autoconhecimento, a liderança e o planejamento estratégico, conforme processo nº 200.185.000135/2026-91.

Nome	Cargo	Lotação
ALDO DIAS KNIGTZ	ASSIT. TEC. LEGISLATIVO	ESCOLA DO LEGISLATIVO

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0815754/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (Cinco)diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Presidente Médici-RO no período de 22/06/2026 a 26/06/2026, com a finalidade de Auxiliar o Instrutor durante o curso no município de Presidente Médici - RO. Acompanhar, representar e oferecer suporte técnico e gerencial ao Instrutor durante o curso, será responsável por desempenhar um papel fundamental no controle de frequência dos participantes e prestar apoio logístico em todas as etapas do curso, colaborando com a organização geral, conforme processo nº 200.185.000135/2026-91.

Nome	Cargo	Lotação
ELIZANGELA BRASIL DO CARMO	ASSESSOR DE DIREÇÃO	GAB. DO SECRETÁRIO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0815761/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (Cinco)diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Presidente Médici-RO no período de 22/06/2026 a 26/06/2026, com a finalidade de conduzir veículo oficial para

viabilizar o deslocamento e a participação de servidor(es) em treinamento presencial voltado ao desenvolvimento de competências essenciais para a área de secretariado, conforme processo nº 200.185.000135/2026-91.

Nome	Cargo	Lotação
EDVILSON BRAZ DE OLIVEIRA	ASSESSOR ESPECIAL	ESCOLA DO LEGISLATIVO

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815839/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 03 (Três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Ji-paraná - RO / Ouro Preto -RO / Teixeiraopolis - RO no período de 18/06/2026 a 20/06/2026, com a finalidade de Realização de visitas técnicas e participação de reuniões, junto à autoridades de cada Município. Obtenção de informações estratégicas para o desenvolvimento de políticas públicas de cada Cidade visitada. O assessoramento técnico prestado nas referidas cidades, com isso irá permitir maior proximidade com a realidade dos municípios, conforme processo nº 100.023.000175/2026-41.

Nome	Cargo	Lotação
JAIME DE SOUZA LIMA	ASSESSOR TÉCNICO	GABINETE PRESIDENCIA

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815797/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 03 (Três) diárias aos servidores abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Vilhena-RO no período de 25/6/2026 a 27/06/2026, com a finalidade de Realização de Sessão Solene no dia 26 de junho de 2026, às 19 horas, conforme Requerimento N. 4824 Deputado Ribeiro do SINPOL. na Câmara Municipal de Vilhena, para entrega de votos de louvor aos Policiais Civis Aposentados. Os mencionados servidores darão apoio nas montagens dos equipamentos de som/multimídia como também, assessorar toda equipe da Secretaria Legislativa e Cerimonial, durante a realização da solenidade. Conceder honorarias e entrega de votos de louvor aos policiais civis aposentados e pessoas que prestam relevantes serviços ao município de Vilhena e ao estado de Rondônia, conforme processo nº 100.173.000091/2026-93.

Nome	Cargo	Lotação
ANTONILSON DA SILVA MOURA	SUP TEC DA INFORMACAO ADJUNTO	GAB. DO SUPERINTENDENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMACÃO
ANA APARECIDA PEREIRA POQUIVIQUI	ASSESSOR DE DIREÇÃO	DIVISAO DE INFRAESTUTURA DE REDES E SEGURANÇA

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0815734/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Extrema / Porto Velho-RO, no período de 18.06.2026 a 19.06.2026 com a finalidade de Cobertura fotográfica das demandas Institucionais no Município de Extrema-RO. Transparência e publicidade das atividades legislativas no interior do estado, conforme processo nº 100.029.000216/2026-49.

Nome	Cargo	Lotação
Rafael Oliveira Cassiano	CHEFE DE DIVISÃO	SEC0M

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0815845/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Vale do Paraíso/ Distrito do Garimpo Bom Futuro/ Distrito de Extrema/ Mirante da Serra/ Vilhena/ Alta Floresta/ Seringueiras e Urupá, no período de 16.06.2026 a 19.06.2026 com a finalidade de realizará a cerimônia de encerramento e visitas dos cursos. Realizar agenda institucional nos municípios de Vale do Paraíso, Distrito do Garimpo Bom Futuro, Distrito de Extrema, Mirante da Serra, Vilhena, Alta Floresta, Seringueiras e Urupá. , com a finalidade de realizar as cerimônias de encerramento dos cursos promovidos pela Escola do Legislativo, efetuando a entrega de certificados aos concluintes e promovendo o reconhecimento dos resultados alcançados. A programação inclui, ainda, visitas institucionais aos solicitantes dos cursos e reuniões com alunos e representantes locais, visando fortalecer o relacionamento institucional, acompanhar os impactos das ações educacionais desenvolvidas e ampliar a integração da Escola do Legislativo com os municípios atendidos, conforme processo nº 200.184.000201/2026-32.

Nome	Cargo	Lotação
Aira Mendes da Silva	Assessor Técnico	Gabinete da Presidência

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0815866/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Vale do Paraíso/ Distrito do Garimpo Bom Futuro/ Distrito de Extrema/ Mirante da Serra/ Vilhena/ Alta Floresta/ Seringueiras e Urupá, no período de 16.06.2026 a 19.06.2026 com a finalidade de Realizar a cobertura dos eventos de encerramento dos cursos. Garantir uma cobertura ágil e eficiente dos momentos - chave dos eventos de encerramento dos cursos, com foco em

registros em tempo real, como vídeos, transmissões ao vivo e atualizações nas redes sociais da instituição. A ação tem como objetivo ampliar a visibilidade da participação da equipe da ELERO e divulgar, de forma imediata, as interações, conquistas e a entrega de certificados, conforme processo nº 200.184.000201/2026-32

Nome	Cargo	Lotação
Rilari Mendonça dos Santos	Assessor de Direção	Gabinete do Advogado Geral

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815875/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Vale do Paraíso/ Distrito do Garimpo Bom Futuro/ Distrito de Extrema/ Mirante da Serra/ Vilhena/ Alta Floresta/ Seringueiras e Urupá, no período de 16.06.2026 a 19.06.2026 com a finalidade de conduzir veículo com servidores da escola do legislativo que irão realizar as cerimônias de encerramento dos cursos promovidos pela ELERO, conforme processo nº 200.184.000201/2026-32

Nome	Cargo	Lotação
Carlos Eduardo Lucena de Souza	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - SSI

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815873/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Nova Mamoré-RO / Guajará Mirim-RO / Itapuã-RO / Ariquemes-RO no período de 23/06/2026 A 27/06/2026, com a finalidade de Checagem in loco das veiculações, em especial outdoor, rádio, televisão, cinema e taxidoor, bem como visitar veículos de comunicação e estreitar relacionamentos. Publicidade e transparência da utilização do dinheiro público pela contratação de empresa especializada em serviços de publicidade, conforme processo nº 100.029.000214/2026-50.

Nome	Cargo	Lotação
VINÍCIUS RODRIGUES DOS ANJOS	ASSESSOR ESPECIAL	SECOM

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815882/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Nova Mamoré-RO / Guajará Mirim-RO / Itapuã-RO / Ariquemes-RO no período de 23/06/2026 A 27/06/2026, com a finalidade de Checagem in loco das veiculações, em especial outdoor, rádio, televisão, cinema e taxidoor, bem como visitar veículos de comunicação e estreitar relacionamentos. Publicidade e transparência da utilização do dinheiro público pela contratação de empresa especializada em serviços de publicidade, conforme processo nº 100.029.000214/2026-50.

Nome	Cargo	Lotação
DAVID RODRIGUES DOS PASSOS	ASSESSOR ESPECIAL	DEPARTAMENTO DE RÁDIO E TV

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815887/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Nova Mamoré-RO / Guajará Mirim-RO / Itapuã-RO / Ariquemes-RO no período de 23/06/2026 A 27/06/2026, com a finalidade de Checagem in loco das veiculações, em especial outdoor, rádio, televisão, cinema e taxidoor, bem como visitar veículos de comunicação e estreitar relacionamentos. Publicidade e transparência da utilização do dinheiro público pela contratação de empresa especializada em serviços de publicidade, conforme processo nº 100.029.000214/2026-50.

Nome	Cargo	Lotação
BELARMINO AFONSO STEIN	ASSESSOR DE DIREÇÃO	SECOM

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815895/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Nova Mamoré-RO / Guajará Mirim-RO / Itapuã-RO / Ariquemes-RO no período de 23/06/2026 A 27/06/2026, com a finalidade de Checagem in loco das veiculações, em especial outdoor, rádio, televisão, cinema e taxidoor, bem como visitar veículos de comunicação e estreitar relacionamentos. Publicidade e transparência da utilização do dinheiro público pela contratação de empresa especializada em serviços de publicidade, conforme processo nº 100.029.000214/2026-50.

Nome	Cargo	Lotação
PRISCILA NOGUEIRA MELGAR	CHEFE DE DIVISÃO	DIVISÃO DE FOTOGRAFIA

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815900/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Nova Mamoré-RO / Guajará Mirim-RO / Itapuã-RO / Ariquemes-RO no período de 23/06/2026 A 27/06/2026, com a finalidade de Conduzir veículo oficial com o objetivo de garantir a eficiência, a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos destinados à publicidade institucional, por meio da checagem in loco do cumprimento das inserções contratadas em rádio, televisão, cinema, outdoors e taxidoors, conforme processo nº 100.029.000214/2026-50.

Nome	Cargo	Lotação
LUCIANO FERREIRA DOS SANTOS	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815915/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (04) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Ouro Preto-RO/Nova União-RO/Porto Velho-RO, no período de 19.06.2026 a 22.06.2026, FINALIDADE de representar o Deputado Estadual Laerte Gomes, em reuniões de lideranças e agentes políticos no município mencionado, que visam debater estratégias para o fortalecimento dos municípios e irei representa o deputa Laerte Gomes, no curso de primeiros socorros que ira acontecer na cidade. Verificar in loco as demandas e projetos, buscando fortalecer os municípios, assim dando celeridade para que a população recebe os benefícios o mas breve possível, conforme processo nº100.064.000025/2026-51.

Nome	Cargo	Lotação
Leonardo Alves Rodrigues	Assessor Técnico	GAB.PRESIDENCIA

Porto Velho, 18 de Junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815975/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (06) seis diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho-RO / Brasília-BSB / Porto Velho-RO no período de 21.06.2026 a 26.06.2026, com a finalidade de Participar do curso "Sanções Administrativas da Análise da situação, da instrução processual e aplicação das sanções" da empresa Instituto Brasil Planeja, CNPJ nº 56.122.580/0001-44. Treinamento será no formato presencial, em Brasília/DF, nos dias 22 e 23 de junho de 2026, com carga horária de 2 (dois) dias, totalizando 16 (dezesesseis) horas. A partir do dia 25/06/2026 o Advogado Geral participará da 3ª reunião do colegiado de Procuradores - gerais das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação. Busca de aperfeiçoamento profissional, novas técnicas, entendimento e inovações na área

Sanções Administrativas, melhorando a prestação do serviço de consultoria jurídica prestado pela Advocacia Geral. A partir do dia 25/06/2026 o Advogado Geral participará da 3ª reunião do colegiado de Procuradores - gerais das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, conforme processo nº 100.137.000032/2026-51.

Nome	Cargo	Lotação
LUCIANO JOSÉ DA SILVA	Advogado Geral	ADVOCAÇIA GERAL - AG

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0816021/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (02) duas diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho -RO / Ariquemes- RO/ Machadinho-RO /Porto Velho -RO no período de 18.06.2026 a 19.06.2026, com a finalidade de assessorar o parlamentar no cumprimento de agendas e entrega de emendas parlamentares, bem como prestando suporte operacional e institucional durante os compromissos externos. A presente viagem tem como finalidade acompanhar e registrar as agendas institucionais do Deputado nos municípios visitados, possibilitando o levantamento e a documentação das demandas locais, bem como subsidiar o encaminhamento de providências junto aos órgãos competentes, visando melhorias nos serviços públicos e no atendimento à população, conforme processo nº 100.060.000139/2026-31.

Nome	Cargo	Lotação
VALCICLEI JOSÉ PACHECO	SERVIDOR CEDIDO - MUNICIPAL	GABINETE DEPUTADO PEDRO FERNANDES

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0814346/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 02 (Duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre, de Porto Velho / Buritis / Porto Velho, no período de 19/06/2026 a 20/06/2026, para reunião com lideranças e famílias para discutir e debater as prioridades para 2026, conforme processo nº 100.045.000161/2026-79.

Nome	Cargo	Lotação
CARLINO LIMA	ASSESSOR DE GABINETE I	GABINETE DEPUTADA CLAUDIA DE JESUS
VALCEMIR DE LIMA SANTOS	SERVIDOR CEDIDO - MUNICIPAL	GABINETE DEPUTADA CLAUDIA DE JESUS
PAULO JOSÉ DE SOUSA ROCHA	ASSESSOR DE DIREÇÃO	SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Porto Velho, 17 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0815874/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 07 (Sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre, de Porto Velho/ Cacoal/ Presidente Medici/ Porto Velho, no período de 18/06/2026 a 24/06/2026, para representar o Deputado Estadual Edevaldo Neves nos municípios de Cacoal e Presidente Medici, no período de 18 a 24 de junho, cumprindo agenda institucional voltada ao fortalecimento do relacionamento com lideranças locais, representantes de associações, entidades comunitárias e demais segmentos da sociedade civil organizada, conforme processo nº 100.047.000187/2026-05.

Nome	Cargo	Lotação
GISELE LIMA BERNARDO	CHEFE GABINETE DEPUTADO	GABINETE DEPUTADO EDEVALDO NEVES

Porto Velho, 18 de junho de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

**GERÊNCIA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO****DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.671, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **Luiz Pedro Simão de Souza Santiago**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **LUIZ PEDRO SIMÃO DE SOUZA SANTIAGO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.672, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo à CB PM **Lilian Angélica Ramos Petry**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo à CB PM **LILIAN ANGÉLICA RAMOS PETRY**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**

Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.673, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º SGT PM **Eldimar Alexandre Fernandes Marcelino**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º SGT PM **ELDIMAR ALEXANDRE FERNANDES MARCELINO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**

Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.674, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT PM **Jhaicson Jochen Luz**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT PM **JHAICSON JOCHEN LUZ**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**

Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.675, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **Lucas Raphael Mangueira Lima**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **LUCAS RAPHAELL MANGUEIRA LIMA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.676, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **Julio Cezar Vieira da Silva**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **JULIO CEZAR VIEIRA DA SILVA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.677, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Eurico Montenegro Júnior**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **EURICO MONTENEGRO JÚNIOR**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.678, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo à empresa **Jusarah Aeroagrícola LTDA**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo à empresa **JUSARAH AEROAGRÍCOLA LTDA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.679, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao 2º TEN QOPM **José Rubens Prudêncio**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao 2º TEN QOPM **JOSÉ RUBENS PRUDÊNCIO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.680, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia à Senhora **Benedita Aparecida de Oliveira**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia à Senhora **BENEDITA APARECIDA DE OLIVEIRA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.681, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor **Massud Jorge Badra Neto**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor **MASSUD JORGE BADRA NETO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.682, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **José Pereira das Neves Filho**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **JOSÉ PEREIRA DAS NEVES FILHO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.683, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Senhora **Vera Lúcia Travain de Souza Bianchini**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo à Senhora **VERA LÚCIA TRAVAIN DE SOUZA BIANCHINI**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.684, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Senhora **Aparecida de Miranda**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo à Senhora **APARECIDA DE MIRANDA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.685, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Rondembergue Gouveia de Almeida**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **RONDEMBERGUE GOUVEIA DE ALMEIDA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**

Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.686, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Marcus Vinicius Oliveira Moura**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **MARCUS VINICIUS OLIVEIRA MOURA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**

Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.687, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Elsi Antônio Dalla Riva**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **ELSI ANTÔNIO DALLA RIVA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**

Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.688, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Magnos José Baron Caneppele**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **MAGNOS JOSÉ BARON CANEPPELE**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**

Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.689, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor **Magnos José Baron Caneppele**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor **MAGNOS JOSÉ BARON CANEPPELE**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**

Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.690, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **Magnos José Baron Caneppele**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **MAGNOS JOSÉ BARON CANEPPELE**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**

Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.691, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora **Klycia Rogelia Paes da Mota da Silva**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora **KLYCIA ROGELIA PAES DA MOTA DA SILVA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.692, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora **Maria Luzia Ferreira Santos**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora **MARIA LUZIA FERREIRA SANTOS**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.693, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora **Ailnete Mário do Nascimento**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora **AILNETE MÁRIO DO NASCIMENTO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.694, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **Fernando Reis de Carvalho**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **FERNANDO REIS DE CARVALHO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.695, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **Orisvaldo Souza de Oliveira**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **ORISVALDO SOUZA DE OLIVEIRA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.696, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **Joselito Nascimento da Silva**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **JOSELITO NASCIMENTO DA SILVA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.697, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **Paulo Ricardo Moreira de Araújo**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **PAULO RICARDO MOREIRA DE ARAÚJO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.698, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor **Ovídio Amélio de Oliveira**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor **OVÍDIO AMÉLIO DE OLIVEIRA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.699, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo à unidade da **Força Aérea Brasileira na Região Amazônica Ocidental e da Soberania Nacional 2º/3º GAV - Esquadrão Grifo**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo à unidade da **FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA REGIÃO AMAZÔNICA OCIDENTAL E DA SOBERANIA NACIONAL 2º/3º GAV - ESQUADRÃO GRIFO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.700, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao TEN CEL AVIADOR **Eduardo Stagi Alves**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao TEN CEL AVIADOR **EDUARDO STAGI ALVES**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3.701, DE 17 DE JUNHO DE 2026.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao MAJ AVIADOR **Richardson Pereira**.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao MAJ AVIADOR **RICHARDSON PEREIRA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de junho de 2026.

**Deputado ALEX REDANO**  
Presidente – ALE/RO